

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marisa Zancan Godoy

O MST no Rio Grande do Sul e a opção preferencial pelo PT como instrumento partidário :  
1980 a 1990.

Porto Alegre, 25 de junho de 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Marisa Zancan Godoy

O MST no Rio Grande do Sul e a opção preferencial pelo PT como instrumento partidário :  
1980 a 1990.

Monografia apresentada como requisito parcial para a  
conclusão do curso de Licenciatura em História no  
Departamento de História da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Wassermann

Porto Alegre, junho de 2014.

Dedico este trabalho à todos aqueles que, de alguma forma, lutam ou lutaram por uma sociedade mais justa e mais fraterna. A todos aqueles que lutam por uma sociedade onde a vida, em toda a sua riqueza e diversidade, e o amor, sejam a razão maior.

## Agradecimentos

Em uma tarefa do vulto de um bacharelado, são tantos os apoios necessários, é tão imbrincada a rede que constrói esta possibilidade, que ao pensar em agradecer os que me oportunizaram e me apoiaram neste empreendimento, eu quase abandonei a idéia. Mas mesmo com a certeza de que não citarei todos os que me apoiaram, quero ter a alegria de agradecer a algumas pessoas e entidades.

Preciso agradecer ao meu país, e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por me oportunizar o estudo com a largueza que só uma universidade pública é capaz de proporcionar.

Agradeço a meus pais, Elion Fidelis Zancan, in memoriam, e Martha Zancan, brilhante raio de sol, pela vida, pelo amor, por tudo o que sou.

Agradeço ao Maza, companheiro de todas as horas, pelo apoio constante.

Agradeço a meus filhos e minhas irmãs, pelo apoio e compreensão nos momentos em que não pude participar das atividades familiares. Peço desculpas aos pequenos Artur, Caio e Vítor, pela ausência nas últimas semanas, mas tenho certeza de que se orgulharão da conquista da avó. À Enar, Nara e Nádía Godoy, agradeço pelo carinho e pela “torcida”, assim como à querida Tia Dini.

Agradeço à Eleonora Andreoni e Cláudia França, pela amizade que iluminou alguns anos deste curso.

Faço um agradecimento em especial à minha orientadora, Prof<sup>ª</sup> Cláudia Wassermann, pela acolhida e por aceitar me conduzir à banca, mesmo diante de um prazo de tempo muito reduzido, em função das circunstâncias.

Agradeço ao Prof. Cesar Guazelli, pela ajuda ao desenvolver a idéia do projeto de pesquisa.

Agradeço à Prof<sup>ª</sup> Carla Ferreira e ao Prof<sup>º</sup> Marcus Vianna por participarem da banca examinadora, e pela atenção dispensada.

Agradeço ainda ao deputado Raul Pont, pela atenção e disponibilidade com que me concedeu a entrevista e à Miguel Stédile, pela atenção e preciosa indicação bibliográfica.

## RESUMO

Este trabalho pretende olhar para duas entidades surgidas no mesmo momento histórico, ao final da ditadura militar no Brasil, ver os fatos, circunstâncias e personagens que influíram para seu surgimento, suas características e principais ações. O Partido dos Trabalhadores - PT e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, tendo surgido no mesmo momento histórico, tinham também em sua origem fatores comuns: o apoio do setor progressista da Igreja Católica, através das Comissões Pastorais, um viés sindicalista, a proposta do MST ser um movimento de massas coincidia com a do PT, de ser um partido de massas, a bandeira da Reforma Agrária e a bandeira de transformação social.

A seguir busco as convergências entre o PT e o MST, no período entre 1980 a 1995, procuro entender o porquê da opção pelo PT como aliado preferencial no espectro político, e verificar o quanto as representações parlamentares de militantes do MST contribuíram para suas lutas e para os avanços conquistados. Faço isto acompanhando a trajetória de Adão Preto, um pequeno agricultor, militante da Comissão Pastoral da Terra, sindicalista, elegeu-se deputado estadual pelo PT nas eleições de 1986, a seguir elegeu-se deputado federal por cinco mandatos, tarefa que exerceu até sua morte em 2009.

Concluo verificando que pelo berço e características do movimento a opção pelo PT foi para o MST a consequência da opção de seus militantes e fruto da coincidência de propostas em ambas organizações. O Movimento foi fundamental para a expansão e crescimento do PT nos primeiros anos e a atuação parlamentar de membros do MST foi muito importante para o movimento, e de tal monta que a atuação de seu deputado Adão Preto foi a atuação de um Movimento Social dentro do Parlamento.

Palavras chave: MST. PT. Reforma Agrária . Movimento Social.

## ABSTRACT

This paper intends to watch/ observe two entities that appeared simultaneously at the end of the military dictatorship in Brazil. It also aims to observe the facts, circumstances and characters that influenced its appearance as well as its characteristics and main actions. Brazil's Workers Party, known as PT, and the Landless Rural Workers Movement, known as MST, arose at the same moment and had their origin assigned to common factors. These factors were the support of the Catholic Church progressive sector through its Pastoral Comissions that had a syndicalist glancing; the MST proposition of being a popular movement and the PT proposition of being a popular party; the proposal of the Land Reform and the proposal of the social transformation.

Hereinafter I intend to search for the convergences between PT and MST from 1980 to 1995; understand the reasons why PT was chosen as a preferable allied in the political spectrum; and verify how important the parliamentary representations of MST militants were in their fight and conquer. I do this through the trajectory of Adão Preto, a small scale famer, militant of the Pastoral Comission of Land (known as Comissão Pastoral da Terra), and unionist. He was elected as a PT state representative in 1986, and elected five times as federal representative, having exerted his political power until his death in 2009.

Keywords: MST. PT. Land Reform. Social Movements.

## SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O SURGIMENTO DO PT E O PT NO RIO GRANDE DO SUL.....	15
2. A FORMAÇÃO DO MST E O CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL.....	30
3. A LUTA POLÍTICA E A BUSCA DE ESPAÇO NO PARLAMENTO: MST E PT.....	44
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
6. ANEXO I .....	60

## Introdução

A fundação do Partido dos Trabalhadores-PT, no Rio Grande do Sul deu-se em fevereiro de 1980, no bojo das lutas nacionais pela redemocratização. Foi protagonizada por sindicatos, intelectuais, artistas, grupos e pessoas que tinham feito a resistência à Ditadura Militar e por ativistas de alguns movimentos sociais como o movimento pelos direitos humanos e o movimento ecológico. Fez parte do movimento de fundação do PT nacional, que foi articulado pelos sindicatos. Estes buscaram apoio na sociedade de forma que vieram para o novo partido a maioria das forças de esquerda e os movimentos sociais organizados.

O movimento dos despossuídos no campo também se reorganizava no período final da ditadura civil-militar que controlou o Brasil de 1964 a 1985. Organizado a partir dos sindicatos rurais e do apoio de setores da Igreja Católica e da Igreja Luterana, este movimento articulou-se nacionalmente e fundou em janeiro de 1984 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST, em congresso realizado na cidade de Cascavel, no Paraná. Auto definiu-se como um movimento que lutava por terra, reforma agrária e mudanças na sociedade, diferenciando-se assim do movimento camponês tradicional, que apenas lutava pela terra. Por volta deste período, entre 1983 e 1985, as lideranças do Movimento definiram que deveriam ter uma representação parlamentar. Diversos de seus militantes concorreram à vagas legislativas pelo então novíssimo Partido dos Trabalhadores

O PT surgia, nas palavras de Raquel Meneghello, como algo novo no cenário político brasileiro. Apesar de reivindicar a herança das intensas lutas sociais anteriores à Ditadura, rejeitava os caminhos trilhados pela política tradicional. O sindicalismo vibrante, quase revolucionário daqueles dias, dava as mãos aos setores mais progressistas da sociedade brasileira e apontava um caminho novo. Buscando o socialismo, mas rejeitando a herança stalinista, trazia a bandeira da democracia, de um socialismo democrático.

O MST, como foi gestado dentro da Pastoral da Terra<sup>1</sup>, vinculada às Igrejas Católica e Luterana, poderia trazer algum ranço anti-comunista. Mas isto não aconteceu. A Comissão

---

<sup>1</sup>A Comissão Pastoral da terra, surgiu vinculada a Igreja Católica, a Comissão Nacional de Bispos do Brasil-CNBB, em 1975, na cidade de Goiânia, em encontro de bispos e agentes das pastorais. Surgiu a partir de reflexões sobre a onda de conflitos de terras que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do país. Tinham



Pastoral da Terra- CPT, era vinculada à Teologia da Libertação. Esta criada na América Latina, a partir dos problemas da América Latina, constituiu-se com uma visão socialista e cristã que não conflitava com as propostas do Partido dos Trabalhadores.

Assim, verificamos ao longo deste trabalho que o PT transformou-se no instrumento partidário do MST, de um lado pela opção dos militantes ao partido político, de outro lado pela coincidência de propostas entre ambas organizações.

A importância do Partido dos Trabalhadores na nossa história recente, assim como o dos Movimentos Sociais é enorme. O Partido dos Trabalhadores surgiu como uma alternativa às construções partidárias tradicionais em pleno processo de redemocratização do país. Representou o enfrentamento à ditadura, foi o maior movimento de esquerda da história brasileira, aglutinou as lutas dos setores mais progressistas de nossa sociedade e dos movimentos sociais e acabou por eleger o Presidente da República por três mandatos consecutivos e neste momento está disputando seu quarto mandato. Tornou-se uma referência internacional. As transformações e as permanências ocasionadas por sua ação ainda estão em andamento.

Quanto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, a organização de um grupo social que por suas características e sua distribuição esparsa em grandes áreas, deveria ter uma dificuldade de organização bem maior que a dos trabalhadores urbanos. Aliado a isto a luta pela terra, bem como os conflitos nas áreas rurais, têm sido uma constante na vida de nosso país. Como se trata de um movimento dos excluídos do campo, camponeses sem terra, posseiros, filhos de pequenos agricultores e atingidos por barragens, ele toma as características de enfrentamento ao latifúndio e ao avanço do grande Capital no campo.

Quanto à minha motivação pessoal para trabalhar com este tema, tem a ver com minha origem. Sou neta de colonos, meus avós maternos eram imigrantes alemães, e meus bisavós paternos eram imigrantes italianos. Cresci no meio urbano, mas em cidades pequenas, onde a ligação com o campo sempre foi muito grande. Vivi minha infância e adolescência em plena ditadura militar, imaginando então que aquela ordem que existia era a única ordem possível. A

---

como referência doutrinária a Teologia da Libertação, procurava praticar as orientações do Concílio Vaticano II. (STEDILE e FERNANDES,1999)

única coisa em desacordo naquela cosmologia eram os excluídos da sociedade, e a existência de miséria era um tabefe no rosto, era a demonstração contundente de que algo estava errado.

Quando minha irmã mais velha formou-se em direito e trouxe para casa uma gravura de Che Guevara, e alguns professores do 2º grau começaram a fazer comentários estranhos, cheios de reticências, comecei a entrever um outro mundo e uma outra realidade, comecei a perceber críticas à realidade então colocada, e a possibilidade de que o mundo fora outro. E a vida política, que até então me parecia absolutamente desinteressante, passou a ter outro encanto, outros significados

Em 1978 eu participava de um grupo de teatro que ensaiava no Centro Acadêmico do Curso de Engenharia da UFRGS- CEUE, e vi no mural a notícia da existência de reuniões entre sindicalistas, representados pelo Lula, comunistas históricos, artistas como Elis Regina, intelectuais do porte de Sérgio Buarque de Holanda, enfim, pessoas muito respeitadas em suas áreas de atuação, contestadoras do regime autoritário, e representando segmentos tão diversos da sociedade, para a formação de um partido político que representasse os trabalhadores. Ali me apaixonei por esta ideia, pela possibilidade da construção de outra sociedade, uma sociedade melhor, mais igualitária, a partir da união de esforços de pessoas que representavam uma imensa maioria, que não era a elite dirigente deste país. E acreditei, assim como aquelas lideranças acreditavam, na possibilidade desta construção ser protagonizada por um partido político, dentro da institucionalidade e de forma democrática.

O MST é provavelmente o movimento social de maior envergadura e de maior destaque de nosso país, e tem inclusive projeção internacional. Meu carinho por este Movimento vem da minha proximidade com o campo e da própria ideia que o Movimento encerra, de superação da miséria por toda uma classe, ou grupo de pessoas, historicamente marginalizadas. Das possibilidades que ele cria de crescimento pessoal das pessoas à ele ligadas, de revelação ao mundo de tesouros humanos insuspeitos, que existem em cada rincão deste país. Vem também de meu contato com Adão Preto e sua luta, um homem do campo que alcançou um lugar invejável na institucionalidade do país sem jamais abandonar suas raízes, incansável na luta pela transformação social. Com seu lema “um pé na luta, outro no parlamento”, Adão simbolizava o que havia de mais genuíno, de mais poderoso na capacidade de luta e de transformação do PT daquele período: a ideia do homem simples tornar-se protagonista de sua história.

Assim o meu olhar neste trabalho é um olhar carinhoso, comprometido com os ideais iniciais do Partido dos Trabalhadores e com a luta do MST, mas também é o olhar da historiadora, treinada para olhar o mundo com visão crítica, para analisar as estruturas e o conjunto das sociedades.

É de conhecimento público os fortes laços entre o MST e o PT, entretanto o MST surgiu com o apoio de um amplo leque de setores progressistas e que se contrapunham ao governo militar, não sendo fruto de um único grupo ou de apoio mais restrito a determinados segmentos. Deste leque de apoios participava não só a Igreja Católica, mas também a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Metodista, Igreja Presbiteriana Independente do Brasil e Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, além de integrantes de diversos partidos políticos, intelectuais, artistas e diversas organizações da sociedade civil. Por que a opção pelo PT como aliado preferencial no espectro político? Afinal no plano político, foi através do Movimento Democrático Brasileiro-MDB, que se fez a resistência institucional ao regime. Se olharmos o período histórico anterior, verificamos que as Ligas Camponesas<sup>2</sup>, assim como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - ULTAB<sup>3</sup>, que atuavam no Nordeste brasileiro, foram criadas a partir da atuação do Partido Comunista Brasileiro-PCB, e que o Partido Democrático Trabalhista-PDT, trazia, através das mãos de Leonel Brizola, a herança do Movimento da Legalidade, do Grupo dos Onze, e principalmente de apoio aos movimentos sociais no campo, ao Movimento dos Agricultores Sem Terra, o Master<sup>4</sup>, que no Rio Grande do Sul foi precursor do MST.(ECKERT,1984)

Acontece que o PT e o MST, tendo surgido no mesmo momento histórico, tinham também em sua origem fatores comuns. O apoio do setor progressista da Igreja Católica, através das Comissões Pastorais, fomentou e deu sustentação inicial ao MST e também foi um dos

---

<sup>2</sup>As Ligas foram um movimento camponês, surgido em torno de 1954, no engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Funcionaram basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas.(STEDILE e FERNANDES, 1999, pag16)

<sup>3</sup> Foi composta por camponeses e assalariados rurais, organizadas pelo PCB, funcionaram de 1954 a 1962. A partir daí passou a ser permitido o direito à sindicalização e todas elas se transformaram em sindicatos e elegeram Lindolfo Silva, o primeiro presidente da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura-Contag. Tiveram maior expressão nos estados do Sudeste. (STEDILE e FERNANDES, 1999, pag16).

<sup>4</sup> Movimento fundado no Rio Grande do Sul em 1958, pressionava o governo estadual a fazer assentamentos, usava a tática de ocupação de terras.Teve o apoio de Brizola, que promoveu alguns assentamentos.

grupos que constituíram o Movimento Pró-PT. A luta pela Reforma Agrária era uma das três bandeiras iniciais do PT, votadas em seu 1º Congresso : Terra, Trabalho e Liberdade.<sup>5</sup>

Afirma João Pedro Stédile no livro Brava Gente:

*A proposta de reforma agrária do PT também sempre esteve muito próxima à do MST. Algumas vezes, até mais radical. Lembro-me de uma vez em que José Gomes da Silva, membro da Secretaria Agrária Nacional do PT, defendeu enfaticamente que as propriedades rurais deveriam ser limitadas a um tamanho máximo de 500 hectares. Nossa proposta era de que esse limite fosse de mil hectares. (STEDILE e FERNANDES, 1994)*

O MST teve desde seu início, o caráter de movimento de massas, o que lhe trouxe junto três características básicas, conforme cita João Pedro Stédile no livro Brava Gente. A primeira característica é de ser um movimento popular, não sectário, que permite a entrada de toda pessoa que queira contribuir ou que se identifique com as lutas do Movimento, “*não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada. No início havia até brincadeiras sobre as diferenças entre os ‘mãos grossas’ e os ‘mãos lisas’.*” (STEDILE e FERNANDES, 1994, pag33)

A segunda destas características é seu viés sindicalista:

*Outra característica é o componente sindical. E sindical, aqui, no sentido corporativo. A possibilidade de conquistar um pedaço de terra é o que motiva uma família a ir para uma ocupação ou permanecer acampada por um período indeterminado. Nesse primeiro momento, é uma luta para atender, essencialmente, uma reivindicação econômica. Mesmo depois que a família está assentada, ela passa a lutar por créditos para a produção, por estrada, pelo preço de seu produto, etc. Portanto também há dentro do MST um componente sindical corporativo, que só interessa à categoria dos agricultores (STEDILE e FERNANDES, 1994, p.34).*

A terceira característica, que deu uma dimensão maior ao Movimento, partiu da compreensão de que a luta apenas pelos objetivos imediatos de conquista da terra se tornava frágil, de que o problema da concentração fundiária era um problema político e social mais amplo. Esta compreensão tornava necessária a instrumentalização dos militantes e do próprio movimento com uma visão do conjunto da sociedade, com o conhecimento das origens do problema fundiário, com o conhecimento da forma como ele se estrutura na sociedade, para, a partir disso, escolher as formas mais adequadas, mais eficientes de enfrentamento do problema. Conforme Stédile: {...} *o caráter político do movimento – sempre esteve presente, desde o início da organização. Tivemos a compreensão de que a luta pela terra, pela reforma agrária, apesar*

---

<sup>5</sup> entrevista com Raul Pont, em 09/05/2014, realizada em Porto Alegre pela autora deste trabalho.

*de ter uma base social camponesa, somente seria levada adiante se fizesse parte da luta de classes.* (STEDILE e FERNANDES,1994, p.35).

Estas três características básicas do MST, convergem, coincidem, com as propostas iniciais do PT. Afinal o PT constituiu-se enquanto um partido político popular, de massas, tendo na base que o constituiu uma maioria sindical. Quando João Pedro Stédile afirma em “Brava Gente”: “*Percebemos que, com esse caráter de movimento camponês, ele era sui generis*”, eu imediatamente lembro das palavras de Paulo Sérgio Pinheiro, ao prefaciá-lo livro de Raquel Meneghelo, “PT, A FORMAÇÃO DE UM PARTIDO, 1979-1982” afirmando o ineditismo do PT, a novidade em que se constituiu naquele momento histórico:

*(...) qual a novidade do PT? Ser o primeiro partido de massa criado no Brasil, de origem externa ao sistema parlamentar, e apresentar uma forma definida da classe trabalhadora inserir-se no sistema político. Todos os partidos políticos do Brasil, ressalvadas as tentativas já apontadas, foram de iniciativa das classes dominantes.”*<sup>6</sup>  
(MENEGHELO, 1989).

Ambos surgiram como fato novo, como solução inédita, trazendo a participação popular, a participação das bases da sociedade na vida política do país, enfim, trazendo a marca da capacidade criadora do povo brasileiro.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro trago uma breve história da formação do PT, com ênfase para o surgimento do PT no Rio Grande do Sul. Faço isto a partir de uma entrevista realizada com Raul Pont em maio deste ano e de dados encontrados no livro “O Sonho Era Possível” da chilena Martha Harnecker, e da publicação da Fundação Perseu Abramo “Muitos caminhos, uma estrela, memórias de militantes do PT”, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Alexandre Fortes Ferreira.

No segundo capítulo trago um resumo da história do MST no Rio Grande do Sul, onde faço um apanhado da história do uso da terra no Brasil, do papel dos Sindicatos Rurais e da Comissão Pastoral da Terra, os confrontos na área indígena de Nonoai, os acampamentos nas fazendas Macali e Brilhante e o acampamento em Encruzilhada Natalino, o amplo apoio que este movimento camponês conquistou da sociedade brasileira e que culminou com a organização do MST, mostrando que este movimento social, com uma visão política abrangente de sociedade e

---

<sup>6</sup> Paulo Sérgio Pinheiro ressalva a experiência precursora dos diversos partidos operários e socialistas durante a Primeira república e o acúmulo de resistência do Partido Comunista Brasileiro, PCB

uma bandeira que incluía reformas sociais, atingiu uma dimensão notável e que o MST vem fazendo a defesa da Reforma Agrária e o enfrentamento com o Governo por 30 anos, com base na bibliografia existente.

No terceiro capítulo busco as convergências entre o PT e o MST, no período entre 1980 a 1995, procurando o porquê da opção pelo PT como aliado preferencial no espectro político, e verificar o quanto as representações parlamentares de militantes do MST contribuíram para suas lutas e para os avanços conquistados. Faço isso acompanhando a trajetória de Adão Preto, um pequeno agricultor, militante da Comissão Pastoral da Terra em sua paróquia, que foi presidente do Sindicato Rural de Miraguaí, elegeu-se deputado estadual pelo PT nas eleições de 1986, a seguir elegeu-se deputado federal por mais cinco mandatos, tarefa que exerceu até sua morte em 2009. Com seu lema “um pé na luta, outro no parlamento” tornou-se uma referência da luta pela terra no Brasil. A trajetória de Adão Preto foi trabalhada em duas obras, as quais usei como fonte neste trabalho. Uma é o livro “Adão Preto”, da série Perfis Parlamentares editado pela Câmara Federal em 2010, de autoria de Ana Luiza Backes e Jose Cordeiro de Araújo, e o outro é “A história da luta camponesa na vida de um poeta cantador”, de Rafael Guimaraens. editado em 2011, pela Associação Cultural José Martí.

## O SURGIMENTO DO PT E O PT NO RIO GRANDE DO SUL

Nos anos finais da Ditadura Militar, amplos setores da sociedade se movimentavam buscando um retorno ao regime democrático, querendo respirar ares de liberdade. Registrada magistralmente nas criações culturais da época - artistas e intelectuais eram militantes da primeira linha pelo fim da ditadura – a busca de liberdade política encontrava cada vez maior apoio entre a sociedade.

O debate político, duramente reprimido pelo Regime Militar, reaparecia de forma intensa e apaixonada, ainda que, na maior parte das vezes, feita na clandestinidade. O Movimento Estudantil se reorganizava, e o “Milagre Brasileiro” fazia água. Já não eram apenas os excluídos do sistema a amargar suas consequências.

Vou primeiramente situar aqueles anos onde a ditadura brasileira perdia forças, e, após apresentar as três grandes vertentes que vão confluir na criação de um Partido dos Trabalhadores no momento da abertura política, ao final da Ditadura Militar no Brasil: O sindicalismo combativo, os movimentos populares e segmentos da esquerda organizada. (PONT,1992.p. 9).

Começo usando as palavras de Luis Gushiken:

*O Brasil viveu períodos marcados pelo golpe de 1964 e, a partir de 1968, uma intensa repressão militar em que se proibia qualquer tipo de manifestação e de organização política. E a partir dos anos 70 há um boom econômico. Foi a época do milagre brasileiro. (HARNECKER,1994. p.17).*

No período do chamado “Milagre Brasileiro”, que foi aproximadamente de 1968 a 1973, a economia brasileira cresce extraordinariamente, desenvolve-se uma indústria tecnologicamente mais sofisticada, assim como o setor de serviços. Há um grande crescimento econômico, mas que beneficia apenas alguns setores da população. Vejamos o depoimento de Paul Singer a Marta Harnecker:

*Esse enorme crescimento vai beneficiar em São Paulo, eu diria, 25% da população: no Brasil menos. Em São Paulo há um grupo que efetivamente atinge um padrão de vida semelhante ao de qualquer país desenvolvido, com a grande vantagem de ter uma população muito pobre a se dispor nos serviços domésticos etc. Era, realmente, uma posição privilegiada (...). A classe média torna-se extraordinariamente próspera e para baixo na escala o que acontece é uma redução muito grande da pobreza absoluta. (...) há uma mudança muito grande, mas socialmente perversa, pois*

*tudo isso poderia ser melhor distribuído e se eliminar, de fato, totalmente, a pobreza (HARNECKER,1994. p.17).*

Esta prosperidade trazida pelo “Milagre Brasileiro” garante ao governo ditatorial um amplo apoio entre as classes médias brasileiras, por um curto período. Apoio garantido também pela forte censura à imprensa e a toda classe artística, não permitindo a divulgação das notícias de tortura e perseguição, nem de nenhuma crítica ao regime.

Mas este apoio aos poucos vai diminuindo, os problemas provocados por um crescimento econômico baseado no arrocho salarial e no endividamento externo, que aumentou a concentração de riquezas, passam a atingir setores maiores da sociedade. A miséria que aquele tipo de crescimento provocava vai ficando mais visível:

*Durante a ditadura militar houve uma degradação muito grande da vida nas cidades, o que fez com que aumentasse o número de favelas e decaíssem brutalmente os serviços públicos: escolas, saneamento básico, saúde, habitação, transportes. (depoimento de Paul Singer. HARNECKER,1994)*

Outro fator que provocou um enorme aumento das favelas no entorno das grandes cidades, foi o êxodo rural, enorme neste período. O aumento da concentração fundiária, a modernização que chegava ao meio rural, e se constituía da mecanização e do uso de químicos, que somados as dificuldades para a sobrevivência no campo, e o grande crescimento das indústrias, empurraram para as cidades grandes levas de camponeses. Estes lá chegavam sem a qualificação necessária para a maioria dos postos de trabalho que havia

O crescimento da população brasileira também tem um impacto grande neste contexto. Segundo Raul Pont (1992), no final dos anos 70 a classe trabalhadora no setor produtivo de transformação alcançava 10 milhões de pessoas, quase cinco vezes mais do que em 1964. O perfil do país se alterou, com a urbanização crescente e o crescimento das grandes cidades e seu entorno.

No final dos anos 70 o modelo econômico adotado pela Ditadura havia se esgotado. Aumentaram os índices de desemprego e a inflação começou a castigar a população. Uma inquietação vai crescendo, em especial entre os grupos vinculados à categorias profissionais de maior peso. As estruturas criadas pelo regime autoritário para controlar e coibir as estruturas sindicais, já não conseguiam mais conter as tensões sociais entre trabalhadores e empresários:

*A década de 70 comportou a retomada do crescimento econômico através do aprofundamento da expansão do capitalismo privado e a instalação de indústrias de*



*tecnologia avançada (...) a emergência de um sindicalismo mais reivindicativo ocorreu no seio dessas transformações.” (Meneghelo, 1989.p.14).*

Entre 1972 e 1973, e notadamente a partir de 1975, organizam-se e multiplicam-se movimentos populares surgidos a partir das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs<sup>7</sup>, ligadas à Igreja Católica. O Movimento Contra a Carestia, que se expandiu por todo o país, é um exemplo destes movimentos. A partir de 1978 o país vive uma intensa onda de greves, a despeito das tentativas feitas pelo Regime Militar, para reprimi-las. (PONT, 1992.p.5) A música, a arte de protesto reaparece, burlando os censores do Regime. E coroando este sentimento de insatisfação, nas eleições de 1974 a população demonstrou seu descontentamento com o governo, votando em massa no MDB. (FERREIRA, 2008, p.222).

O PT foi formado a partir de três grandes vertentes. A primeira vertente na criação do PT são os sindicatos, e é o grupo de sindicalistas, articulado através da Intersindical, que toma a iniciativa de propor a criação de um Partido de Trabalhadores, e passa a aglutinar as outras duas vertentes. Vejamos a seguir de que modo os sindicatos puderam, naquele período em que o Brasil ainda vivia uma ditadura, se constituírem neste importante elemento.

O movimento sindical havia sido desmontado pela ditadura e completamente aparelhado. Mas eram estruturas poderosas, e estas estruturas foram mantidas. Uma legislação bastante repressiva dava ao Ministro do Trabalho o poder de intervir nos sindicatos, demitir diretorias, nomear interventores. A própria estrutura sindical brasileira, copiada do modelo fascista de Mussolini, atrelava a sobrevivência do Sindicato ao Estado, com o Imposto Sindical, repassado aos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. ( HARNECKER,1994)

Os últimos movimentos de fôlego realizados por sindicatos aconteceram em 1968, em Osasco e Contagem, e foram duramente reprimidos. Mas mesmo durante os anos de aparente imobilidade sindical, aproximadamente de 1969 a 1976, 1977, havia uma grande efervescência interna, concretizadas nas chamadas *operação-tartaruga*, ou *operação-padrão*, que consistiam em levar as normas de qualidade às últimas conseqüências, o que diminuiu o ritmo de produção.

Assim vemos que alguns sindicatos permaneceram durante o período da ditadura como lócus de resistência, ainda que sem realizar enfrentamentos abertos. Paulo Skromov conta esta experiência no Sindicato dos bancários de São Paulo:

---

<sup>7</sup> As CEBs surgiram sob a inspiração da Teologia da Libertação, criada na América Latina por setores da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, unindo idéias cristãs e marxistas. Desenvolveram uma prática voltada à realidade social, seus principais teóricos foram o Padre Gutierrez, do Peru, Clodovis e Leonardo Boff e Hugo Assman, do Brasil.(STEDILE e FERNANDES,1999)

*Em 68 eu ainda era bancário. Nós, a oposição bancária, tínhamos perdido a eleição de 67 para o sindicato, mas fizemos um acordo com o PCB, que era direção do sindicato, para ajudar na gestão em algumas áreas. Pegamos o departamento cultural, fundamos o Sindicursos, que existe até hoje. Eram cursos de madureza<sup>8</sup> e vestibular (...) e que na época captou professores que estavam sendo expulsos da Universidade de São Paulo. Tornou-se um curso muito concorrido, porque tinha uma orientação de esquerda, tinha professores que eram rebeldes, pelo menos eram inimigos do regime militar (HARNECKER,1994, p.50).*

Quando a ditadura considerou que as lideranças sindicais já haviam sido completamente afastadas, passou a permitir novamente eleições nos sindicatos. É aí que o grupo dos que depois foram chamados “autênticos”, resolveram participar destas eleições e tentar uma mudança sindical por dentro da estrutura existente. Esta escolha foi duramente criticada por grupos vinculados ao PCB, que atuava na clandestinidade e que entendiam que como a estrutura sindical que havia tinha um cunho fascista e era atrelada ao estado, seria necessário primeiro destruí-la para só então criar um novo modelo sindical.

Surgiram lideranças sindicais importantes, como a de Luiz Inácio da Silva, o Lula, que passaram a trabalhar as mobilizações de forma articulada com outros sindicatos. Foi criada a Comissão Intersindical, que garantia um apoio mútuo nos momentos de enfrentamento, durante as greves, com a realização de fundos de greve e assistência jurídica para libertar os companheiros presos, por exemplo. Os sindicalistas, depois chamados *autênticos*, estavam à frente de sindicatos que tinham uma postura muito combativa, de enfrentamento inclusive à legislação repressiva que então vigorava. O trabalho da Intersindical, ao mesmo tempo em que dava maior fôlego à luta Sindical, foi criando e fortalecendo laços entre militantes sindicais de diversos lugares do país. (HARNECKER,1994)

Outra questão que não pode ser esquecida é a repercussão que a mídia dava a estas greves. Neste período a televisão supera o rádio como meio de comunicação, e imprimindo uma visão conservadora e burguesa à sua programação, consegue penetrar em todos os lares brasileiros. Lula no início de suas atividades sindicais tinha sua visão mais restrita às reivindicações imediatas dos trabalhadores, deixava isto claro em suas intervenções e, além disso, era um fenômeno de popularidade entre os metalúrgicos, pois conseguia levar noventa, cem mil trabalhadores para uma assembleia.

Em função do discurso que Lula tinha nos primeiros momentos, a mídia, velha aliada da burguesia brasileira, tratava-o como um aliado na sua disputa com as esquerdas e garantiu

---

<sup>8</sup> Madureza era o nome usado, à época, para cursos direcionados à adultos, como o Supletivo de hoje.

uma grande divulgação para seu nome e para as mobilizações do Sindicato de São Bernardo do Campo. Disse Perseu Abramo: *“Esse tratamento que a imprensa dava ao Lula era uma clara tentativa de dizer: Chegou um líder com bastante carisma para organizar a classe trabalhadora e não permitir que vá além de certos limites”*. (HARNECKER,1994,p.45).

Mais tarde, quando Lula amadurece politicamente, e passa a ter uma visão mais ampla da sociedade brasileira, sua liderança passa a desafiar os interesses da burguesia. Aí a mídia muda o enfoque radicalmente ao falar dele. Segue Perseu Abramo: *“Durante anos e anos a TV Globo proibiu que o nome dele fosse citado. Depois mudou um pouco, podia aparecer a imagem dele, mas ele não podia falar nada”*.(Ibid.p.46) Diversos depoimentos que encontramos no livro de Marta Harnecker, depoimentos de companheiros que acompanharam a trajetória de Lula, como Paul Singer, Vinícius Brandt, Perseu Abramo, Jacob Gorender e outros(p.45 a 47), trazem uma visão semelhante sobre a sua trajetória e sua relação com a mídia.

Neste período os Sindicatos exerceram um papel fundamental, organizando uma forte onda de greves que desafiava o regime autoritário, e foram fundamentais para o desgaste do Regime Militar, junto à sociedade:

*O período conheceu, também, a partir de 1978, uma forte onda grevista. Em 1979, em quase todos os Estados e com abrangência de várias categorias ocorreram em torno de 430 greves, principalmente nos meses de março, abril e maio e em agosto, setembro e outubro. Entre as 54 categorias as mais importantes foram os metalúrgicos, os professores da rede pública, motoristas e cobradores de ônibus, construção civil, bancários e outros. Em ambos os períodos de pico, as greves envolveram em torno de 1.500.000 trabalhadores. (PONT,1992,p.5).*

Enquanto isto, outra mudança grande e silenciosa acontecia na sociedade brasileira. Com a vida política praticamente estagnada, sob o rígido controle do Regime Militar, apenas dois partidos políticos atuavam institucionalmente, a Arena – que abrigava os representantes do grupo no poder, e o MDB – que era o partido no qual se reuniam todos os grupos que faziam oposição ao governo e queriam ter um espaço na institucionalidade. Não existiam outros canais de representação, e qualquer grupo que tentasse se organizar sofria a repressão do governo. Os movimentos populares, surgidos sob a tutela das Igrejas, foram o canal onde se tornou possível manifestar descontentamentos e organizar formas de reivindicações. Vejamos o depoimento de Frei Betto a Marta Harnecker:

*(...) quando eu saio da prisão, no fim de 73, eu deparo com um fenômeno inteiramente novo: o Brasil havia se transformado numa grande rede de movimentos populares. E a primeira pergunta que eu fiz foi: ‘Mas como se nós não fomos ensinar?’ E aí eu me dei conta que havia uma outra vertente que vinha trabalhando por baixo dessa situação e*

*pela primeira vez tinha efetivamente raízes populares. Em 1960 surgiram no Brasil as Comunidades Eclesiais de Base, como uma proposta dos setores conservadores da Igreja, que não queriam a entrada da Ação Católica em suas dioceses. Esses bispos conservadores criaram as CEBs para impedir que a Ação Católica entrasse e, como eles não tinham padres – o problema da falta de padres no Brasil sempre foi uma questão difícil para a Igreja- foi preciso formar leigos que em pequenas comunidades fizessem o trabalho de evangelização, o trabalho pastoral. As primeiras comunidades tinham uma conotação muito clerical. Com o golpe, praticamente as CEBs se tornam o único reduto de organização popular tolerada pela repressão. Todos os outros movimentos populares, sindicatos, partidos, associações, são dizimados. Mas aquele pessoal que se reunia para rezar com a Bíblia, a repressão não dava importância. Inclusive militantes de esquerda hibernaram nas CEBs. (HARNECKER,1994,pag22).*

Este foi o caminho que uma sociedade amordaçada encontrou para se expressar e se organizar, o dos movimentos populares. Para isto a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, garantiu mais do que apoio, garantiu um embasamento teórico e filosófico. As CEBs também se constituíram num espaço de acolhimento aos militantes de esquerda que permaneceram no país, vejamos o depoimento de Plínio Sampaio:

*E aí produziu-se uma importante simbiose. Um encontro entre a militância de esquerda que tinha que atuar com certo cuidado, com certo disfarce, por causa da repressão, com os setores sindicais e os setores católicos organizados. A Pastoral Operária, por exemplo, foi inteira para uma posição de esquerda e, sobretudo, nos bairros, nas paróquias. Um militante corrido do Nordeste, que estava com a barra pesadíssima por lá, vinha para o sul e era acolhido na paróquia como professor. (HARNECKER,1994,p.23).*

A importância deste trabalho social que a Igreja realizou neste período, um trabalho de desenvolvimento de uma consciência crítica, disseminação de informações e implantação de milhares de núcleos organizados em todo o país, é enorme. E foi possível graças à grande capilaridade da Igreja, que estava presente tanto nos grandes centros como nas mais pequeninas cidades. Conseguia chegar nos subúrbio mais ignorados, em regiões rurais e florestais de difícil acesso. E foi a partir das CEBs que despontaram diferentes movimentos populares pelo país inteiro.

A participação fundamental das CEBs no fomento e apoio aos movimentos sociais, desde associações de bairro, até o Movimento contra a Carestia, o MST e outros, é referida em todas as obras sobre o assunto. Podemos encontrar estas referências na obra de Harnecker, em diversos depoimentos, como o de Irma Pasoni sobre o Movimento Contra a Carestia (p. 32 e 33), Alípio Freire (p. 34), Marco Aurélio Garcia (p. 33), Frei Beto (p. 23) e outros. No trabalho de Raquel Meneghello, no livro Breve Historia do PT de Raul Pont, bem como nos trabalhos que versam sobre a origem do MST, como o livro Brava Gente, de João Pedro Stédile e Bernardo

Mançano Fernandes, também o surgimento dos movimentos populares é creditado ao apoio das Igrejas, a Católica em especial, mas também a Luterana.

Este fato é especialmente interessante, quando se lembra que o apoio da Igreja foi um dos pilares iniciais da ditadura. Sabe-se que a Igreja, sendo uma instituição muito grande, tem suas divisões internas. Mas parece que tanto num momento, como no outro, havia um consenso de maiorias em seu interior, tanto no momento de implantação da ditadura, como depois, no apoio aos movimentos populares.

Sobre esta questão é bastante elucidativo o depoimento de Plínio Sampaio:

*A Igreja sempre teve uma posição muito dúbia [com relação ao golpe]. No final pendeu para a direita, embora tivesse nos anos pré-64 forte presença na esquerda, com o Movimento de Educação pela Base, com a sindicalização rural, com todo o trabalho de Dom Helder Câmara, com a presença da JUC, com a presença da AP. Isso representa uma porcentagem da Igreja, a mais ativa, mais viva. A Igreja hierárquica de certa maneira estava quieta. No processo do golpe ela se unifica, isola a outra e vai para o golpe. Logo em seguida, o golpe torna-se muito difícil também para ela, porque a repressão começa a atingir padres, freiras, militantes. E os próprios padres conservadores – eram conservadores por medo do comunismo – quando vêem um militar invadir um convento, dizem: Eu fui contra o comunismo porque invade conventos, agora vem este aqui e invade convento (...) então os bispos foram ficando muito confusos, mudando de posição. (HARNECKER, 1994, p. 22).*

Outro fator importante para os movimentos populares, criados a partir das CEBs, foi o uso das idéias e dos métodos de Paulo Freire, que via a escola como um espaço de formação política muito mais ligada à prática, à realidade da vida das pessoas. Isto facilitava a compreensão das pessoas mais simples, menos letradas, e remetia a reflexão para um encaminhamento prático, para atitudes concretas que viessem a mudar o que incomodava na realidade vivida. Esta metodologia utilizada pelas CEBs impactou tanto nas áreas urbanas, como no meio rural. (Frei Betto em HARNECKER, 1994, p.129).

A terceira vertente que esteve presente na formação do Partido dos Trabalhadores, foi a esquerda brasileira. Intelectuais, parlamentares e diversos grupos de esquerda que conseguiram manter algum nível de organização durante o período de repressão vivido na ditadura. Somaram-se ao PT nomes que impunham respeito, pessoas que traziam consigo parte da história de luta das esquerdas brasileiras. Trouxeram o arcabouço teórico que garantiria a consistência necessária ao partido que surgia. Vieram para o PT nomes como Apolônio de Carvalho, Sergio Buarque de Holanda, Mario Pedrosa, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Vinicius Caldeira Brant, entre outros

Esta esquerda também foi responsável pela imprensa alternativa, que fazia a crítica ao Regime Militar, uma imprensa que atuava com grande dificuldade devido à repressão, e que divulgou a idéia de um Partido de Trabalhadores, divulgou a Carta de Princípios e as notícias das articulações do Movimento Pró-PT. Os jornais *Convergência Socialista*, *Abcd Jornal*, que circulava na região do ABC paulista, e os jornais *Em Tempo* e *Companheiro*, foram canais de acompanhamento e apoio editorial ao projeto do partido. (MENEGUELLO,1989 e PONT,1992)

Sobre esta esquerda é muito oportuno o depoimento de Paul Singer:

*O período antes do golpe militar era muito interessante, a esquerda cresceu muito no Brasil. Em parte por influência da Revolução Cubana. A esquerda foi hegemônica no Brasil, do ponto de vista artístico, sem dúvida, mas eu diria também universitário. O pensamento universitário, a geração de jovens professores, o movimento estudantil – era bastante de esquerda. Não havia grandes divergências políticas nessa esquerda, mas enormes divergências teóricas. Pululavam pequenos partidos, meia dúzia de partidos trotskistas, várias dissidências comunistas. O Partido Socialista era o único partido legal, o único que tinha possibilidade de ter candidatos e representação parlamentar. Formava uma espécie de cobertura de todos os outros (...)* (HARNECKER,1994,p.130).

Após o golpe esta esquerda se dividiu entre os que achavam que se devia buscar um caminho revolucionário e aqueles que achavam que o melhor caminho era o reformista. Tinha organizações que se identificavam com o maoísmo, outras se identificavam com o projeto russo, outras, ainda, com o projeto cubano. E tinha organizações que tinham projetos socialistas, mas com caráter de libertação nacional. Havia organizações que colocavam como estratégia central a construção de um partido e outras que negavam a necessidade de um partido. (Alípio Freire em HARNECKER ,1994.p. 130).

Todo este amplo leque de organizações de esquerda foi duramente reprimido pelo Regime Militar. Após o período mais duro da repressão imposta pela ditadura, o que sobreviveu destes grupos, no Brasil ou no exílio, em sua maioria, veio participar da construção do PT. Raul Pont relaciona estes diferentes grupos de esquerda que participaram da construção do PT: “Ação Popular Marxista Leninista(APML), Política Operária(POLOP), Movimento de Emancipação do Proletariado( MEP), Partido Comunista Brasileiro(PCBR), Ação Libertadora Nacional(ALN), Vanguarda Popular Revolucionária(VPR), Ala Vermelha(ALA), Convergência Socialista(CS), Democracia Socialista(DS). Mais tarde, um ano após a fundação, aderiu ao PT a corrente Liberdade e Luta, porém ficou pouco tempo, logo se retirou. Em 1985 o Partido Comunista Revolucionário-PRC, grupo que rompera com o Partido Comunista do Brasil- PC do B, alguns anos antes, também ingressou no PT. (PONT,1992).

As principais exceções foram o PCB e o PC do B, que sempre se opuseram à criação de um Partido de Trabalhadores, “*diziam que o PT era um partido obreirista, sindicalista (...) colocava as lutas sociais na frente da luta pela democracia.*” (HARNECKER, 1994.p.96), e defendiam a permanência dentro do MDB, para garantir a unidade da oposição ao Regime Militar, argumento também usado pelo próprio MDB. Outro grupo que criticava a formação do PT era o LIBELU –Liberdade e Luta, que mais tarde vai se dividir e parte de seus integrantes passa a integrar o PT. Luis Gushiken é oriundo da Libelu.

No livro de Martha Harnecker, Frei Betto, Alípio Freire, Jacob Gorender e Paul Singer detalham a trajetória, os caminhos de alguns destes grupos, de forma realmente interessante, porém este aprofundamento exigiria um tempo de que não disponho neste momento. Mas é realmente surpreendente a riqueza das diferenças teóricas que estes grupos conseguiram produzir, com todas as dificuldades impostas pela repressão do regime

Cada um destes grupos trouxe para dentro do PT o seu embasamento teórico e o seu acúmulo de experiências. Esta grande diversidade, sindicalistas, movimentos populares, diferentes grupos de esquerda com variada fundamentação teórica, trouxe uma grande riqueza para o Partido dos Trabalhadores.

Nos anos finais da década de 1970, o regime militar perdia aos poucos o apoio da sociedade. O regime militar permitia, como base institucional, a existência de dois partidos: a Arena – do grupo dirigente, e o MDB – que abrigava um vasto leque de representações e fazia o papel de oposição. Apesar das regras eleitorais serem constantemente alteradas para beneficiar o partido do governo, este sofreu duras derrotas eleitorais nos anos de 1976 e 1979. Nesta conjuntura o presidente Ernesto Geisel (março de 74/março de 79) promete uma abertura lenta, gradual e segura. Em 1979 é promulgada a lei da anistia e também a lei da reformulação partidária. A lei de reformulação partidária foi criada sob medida para permitir que aqueles que governavam o país de forma ditatorial, passassem a fazê-lo com o consentimento formal do voto. (MENEGLLO, 1989.pag22)

Através dos contatos estabelecidos na comissão intersindical, havia surgido entre o grupo de sindicalistas a discussão sobre necessidade de representação política própria, de um Partido de Trabalhadores. Este caminho percorrido, desde as primeiras conversas até a fundação do partido, está presente na obra de Marta Harnecker. Em janeiro de 1979, o IX Congresso dos Metalúrgicos de São Paulo, realizado em Lins, estado de São Paulo, aprovou por maioria uma

tese apresentada pelo Sindicato de Santo André, que propunha a criação de um partido de trabalhadores. A cobertura deste fato pela imprensa multiplicou o debate em todo o país, entre sindicalistas e setores da esquerda. No final de abril é preparada uma carta de princípios e uma plataforma política para ser levada a público no dia 1º de maio, dia dos trabalhadores. Neste documento prevalece a idéia de Lula, Jacó Bittar, José Cicote, Paulo Skromov e outros, que defendiam um partido com independência de classe, o que representava uma ruptura com a proposta de unidade dentro do MDB.

Em 1º de maio é lançada esta carta de princípios trazendo a defesa de um partido sem padrões, a necessidade da organização política independente dos trabalhadores, a defesa da democracia e do socialismo como indissociáveis e conclui com a solidariedade para com as massas oprimidas do mundo. Esta carta é assinada por Jacó Bittar, Paulo Skromov, Henos Antorina, Wagner Benevides e Robson Camargo.

Em dois e três de junho realiza-se um Encontro em São Bernardo do Campo envolvendo dezenas de deputados federais, estaduais, dirigentes sindicais, onde a tese de uma Tendência Popular e a manutenção da unidade das oposições dentro do MDB é defendida. Neste encontro estavam presentes Fernando Henrique Cardoso, Airton Soares, Almiro Afonso, Fernando Lira, entre outros. Esta reunião, apesar da intensa pressão exercida pelos intelectuais do MDB durante os debates, não mudou o propósito do grupo de sindicalistas de criar um partido classista independente. Este fato contrariava os interesses da maioria do MDB, e do líder Leonel Brizola, que estava retornando do exílio. (PONT,1992).

As constantes greves deste período conflituado, com repressões a sindicatos, prisões, a rearticulação do movimento estudantil, acabam retardando um pouco a organização do novo partido. Mas no início de outubro de 1979 a coordenação do movimento pró-PT - composta por Lula, Cicote, Jacó Bittar, Olívio Dutra, Skromov, João Luis, José Ibrahim e outros- reúnem-se, fazem um balanço do movimento e marcam para 13 do mesmo mês uma reunião em São Bernardo *“para por a proposta na rua.”* (PONT. 1992 p. 7).

Nesta reunião de 13 de outubro, em São Bernardo do Campo, além dos dirigentes sindicais que estavam articulando a proposta, somaram-se intelectuais como Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Vinicius Caldeira Brandt, José Alvaro Moises e Mario Pedrosa. Também alguns poucos parlamentares, os deputados federais Jose Eudes, Edson Kair e os deputados estaduais Marco Aurélio Ribeiro e Geraldo Siqueira Filho, do MDB paulista. (PONT, 1992,p.8).



Pont também destaca a presença de Manoel da Conceição, velho lutador do movimento rural, recém-chegado do exílio. Na reunião é lançado um manifesto do Movimento Pró-PT, que traz a proposta de lutar pelo fim da opressão e exploração dos trabalhadores, buscar que a gestão da sociedade seja feita pelos próprios trabalhadores e criar uma Central Única de Trabalhadores. Faz a defesa da livre organização partidária e da criação de uma ampla frente para por fim ao Regime Militar. Foi eleita uma comissão nacional provisória ampliada, da qual faziam parte três representantes do Rio Grande do Sul: Olívio Dutra, Firmo Trindade, economiário, e Carlos Borges, gráfico. Apesar das dificuldades colocadas pela nova Lei Orgânica dos Partidos, que favorecia os novos partidos que já tivessem parlamentares eleitos, dia 10 de fevereiro de 1980, em uma reunião no colégio Sion, em São Paulo, representantes de 17 estados brasileiros fizeram um ato de fundação do Partido dos Trabalhadores. (PONT 1992,p.11).

Neste ato foram coletadas 101 assinaturas exigidas pela lei para encaminhar o pedido de registro do Partido. As exigências seguintes dificultavam, e muito, a criação de partidos autônomos, sem uma vinculação com a máquina eleitoral pré-existente. Após o registro inicial, o Partido teria de organizar-se em pelo menos onze estados, onde deveria ter um mínimo de 20% dos municípios, e nestes ter um número de filiados conforme o nº de eleitores do município. A outra hipótese de registro previa que se o novo partido tivesse um mínimo de 10% de parlamentares, já recebia o registro diretamente. (PONT 1992,p.11)

Este desafio inicial foi cumprido, marcando o PT desde seu início com a combatividade e capacidade de superar limites que tem demonstrado ao longo de sua história. Em junho de 1981 o partido já contava com cerca de 200 mil filiados. (PONT,1992.p.17) e em sua primeira convenção oficial, realizada em 27 de setembro de 1981, o partido estava formalizado em 16 estados e *“a presença de 15 embaixadores e dezenas de representantes partidários de várias partes do mundo davam uma dimensão do significado histórico do PT”* (PONT,1992.p.19)

A organização interna do PT em núcleos e com regras distintas daquelas dispostas na legislação oficial, buscando a democracia interna, as grandes discussões internas sobre os caminhos a trilhar, não serão tratados neste trabalho, assim como não tratarei suas definições sobre a opção por um socialismo democrático e a experiência das primeiras prefeituras, pois exigiria um tempo e um espaço que fogem aos objetivos deste trabalho.

Sobre a originalidade do PT, e de como os seus caminhos foram uma construção própria, feita a partir de discussões entre a grande diversidade de correntes e grupos que o formara, o depoimento de Apolônio de Carvalho, figura histórica do PCB, é muito interessante. Apolônio traça um retrato daquele PT que nascia, fazendo a comparação de seu surgimento com o surgimento do PCB, ressaltando entretanto, que apesar de sua originalidade, o PT é herdeiro das lutas e construções da esquerda brasileira:

*O PT é visceralmente infenso a modelos externos e a centros externos de orientação. Traz a visão e a proposta de uma sociedade socialista calcada, efetivamente, em níveis altos de democracia política e social (não inclui a ditadura do proletariado). Prevê o avanço para o socialismo por um caminho especificamente nosso, nacional, que nosso povo está chamado a definir; reserva inicialmente para seus núcleos um lugar alto e crescente nas decisões e nos destinos do partido.....como se vê o PT não nasce à margem da esquerda tradicional ou recente, guarda muito dos seus atributos negativos e positivos (...).(HARNECKER1994,p.99).*

Em solo gaúcho, o PT também é formado basicamente pelas mesmas três vertentes que confluíram para sua construção a nível nacional: Os sindicatos, os movimentos sociais e diferentes grupos de esquerda. Isto nos afirma Raul Pont, em depoimento concedido à autora deste trabalho e transcrito ao final.

Um dos centros de difusão deste debate e o principal divulgador do movimento pró-PT no Rio Grande do Sul foi o grupo que estava à frente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Raul Pont nos informa que este sindicato deu importante suporte, inclusive financeiro, ao movimento pró-PT. Em sua direção estava Olívio Dutra, que trabalhava ativamente para ampliar e reforçar as relações entre sindicatos, como forma de garantir maior impacto, maior força às ações de cada entidade. (FERREIRA e FORTES, 2008.p.20).

Em uma destas atividades, em 1975, ele conheceu Lula. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo fazia uma campanha para demonstrar que os dados oficiais da inflação, não refletiam a realidade. Como os reajustes salariais eram concedidos com base no cálculo da inflação, diminuir este índice significava diminuir salários. Os sindicalistas mais combativos daquele período buscavam mobilizar suas categorias a partir de fatos concretos, de objetivos concretos a buscar, e este índice, escamoteado nos cálculos oficiais, era um fato importante. Os metalúrgicos do ABC, a partir de cálculos do DIEESE, estavam demonstrando isto. Neste movimento, a convite do Sindicato dos Bancários, Lula veio a Porto Alegre, conforme relata Olívio Dutra:

*A partir daí tivemos uma relação constante, permanente, na luta, na amizade, nas relações, inclusive, entre as nossas famílias. E também começamos a trabalhar em nível nacional, criando condições, na luta sindical e democrática, de fugir das perseguições ou das limitações impostas pela ditadura.(FERREIRA e FORTES 2008,p.21)*

Olívio Dutra conta que neste período, a partir de 1975, as reuniões da Intersindical eram frequentes, e aconteciam em lugares diferentes, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Curitiba, onde houvesse atividades que reclamassem a presença de lideranças. Foi neste espaço que surgiu a idéia, a necessidade de criação de um partido político dos trabalhadores.

Em 1979 o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre esteve à frente de uma greve de grandes proporções. Esta greve foi duramente reprimida pelas forças do governo, as lideranças foram presas e tiveram seus direitos sindicais cassados, entre elas, Olívio Dutra. O Sindicato dos Bancários de Porto Alegre sofreu mais uma intervenção. (FERREIRA E FORTES, 1998.). Entretanto esta greve foi uma etapa importante no processo de redemocratização, no processo de desenvolver na sociedade a consciência da importância da atuação política, segundo afirma Olívio:

*A categoria conquistou a unificação nacional da data-base. A greve propiciou um avanço político importante na tomada de consciência e se inseriu num processo de luta afirmativa contra a ditadura e o poder dos banqueiros....Mas antes disso houve um grande show de solidariedade à greve, muita mobilização da base das Igrejas- não só da Igreja Católica, mas também da Igreja de Confissão Luterana-, dos movimentos sociais, até de bairros.(FERREIRA e FORTES, 2008,p.21).*

Foram presos os diretores Luiz Felipe da Costa Nogueira, Lucia Valença de Santa Cruz, José Luis Carneiro Cruz e Nilton Azevedo, além do presidente do Sindicato, Olívio Dutra. Em solidariedade e como forma de pressão, veio a Porto Alegre uma representação da Intersindical, entre outros vieram Lula, Jacó Bittar, Wagner Benevides e Arnaldo Gonçalves, A greve prosseguiu, mesmo com as lideranças presas, fato creditado à forte organização que havia sido construída no Sindicato. (Ibid)

Olívio Dutra foi uma pessoa chave no processo de construção do Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul. Funcionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, ele tinha vindo de São Luiz Gonzaga para Porto Alegre em 1970, e participava da direção do sindicato desde 1975. Por ocasião da greve de 1979, a base do sindicato estava com um nível considerado alto de organização, cerca de 85% da categoria bancária era sindicalizada.

(FERREIRA, 2008.p. 22). Com uma participação intensa na Intersindical, onde surgiu o núcleo inicial que criou o Movimento Pró-PT, Olívio nos informa que o PT surgiu concomitantemente em três lugares: no ABC, em Porto Alegre e em Belo Horizonte.( HARNECKER ,1994.p. 65).

Em janeiro de 1979 existia um movimento nacional contra o desemprego, e Olívio organizou em Porto Alegre uma reunião da Intersindical para organizar este movimento, juntamente com outros sindicatos da região. Nesta reunião foi lançada a idéia de um partido de trabalhadores, estavam presentes Paulo Skromov, Lula, Cicote, Jacó Bittar e Wagner Benevides.( HARNECKER ,1994.p.65).

O Rio Grande do Sul tinha, como ainda tem, características econômicas muito diferentes de São Paulo, baseadas mais em empresas pequenas e médias e numa agroindústria importante, portanto uma indústria e uma população menos concentrada, mais distribuída pelo estado.(HARNECKER, 1994.p.65). Aqui o partido foi construído com outras categorias de trabalhadores. Ao invés de grandes indústrias, com sindicatos poderosos, no Rio Grande do Sul o PT foi construído a partir de sindicatos menores.

Da vertente sindical que constituiu o PT no Rio Grande do Sul, além dos Bancários, fizeram parte o Sindicato dos Gráficos de Caxias do Sul, liderado por Gessi Prates, e provavelmente representantes de outros sindicatos de Caxias do Sul; Paulo Abdala; Clóvis Ilgenfritz, do Sindicato dos Arquitetos; representantes do Sindicato do Vestuário, do Sindicato dos Jornalistas, dos Professores, da alimentação, da Construção Civil, entre outros. (PONT,depoimento.2014 e FERREIRA e FORTES,2008. P.223).

Com relação à composição do outro grande grupo que constituiu o PT em sua origem, aqui no Rio Grande do Sul, vamos ver diretamente o depoimento de Raul Pont:

*A outra vertente é um conjunto de pessoas que vinham um pouco da resistência ao regime militar, que participaram de algumas correntes, tendências da época, ou organizações, pessoal que vinha do MEP- Movimento de Emancipação do Proletariado, que vinha da APLM-da Ação Popular Marxista Leninista, ou que tinham sido e não eram mais, outros ainda tentavam manter alguma coisa minimamente organizada, nós tínhamos aqui, que vinha também deste campo, desta linha de grupos organizados, que haviam sobrevivido, resistido à ditadura, que era chamada a Tendência Socialista do MDB, que era um grupo que atuava no setor jovem do MDB e que atuava na Universidade, uma corrente universitária que chamava Nova Proposta, e depois Peleia, primeiro Nova Proposta, depois Peleia, e que atuava também aqui no MDB, atuava em outras frentes, mas numa visão muito tática, muito momentânea na relação com o MDB.*

O próprio Raul Pont vinha do grupo universitário Peleia, e da Tendência Socialista do MDB. No período anterior a 1964 ele participara da inquieta política estudantil, na UFRGS, integrando o grupo chamado POC. Em 1974 este grupo faz campanha pelo voto nulo, numa conjuntura onde haviam apenas dois partidos permitidos pelo regime, como forma de protesto. Como nesta eleição de 1974 a população- diferentemente do que defendia o POC- fez um protesto vigoroso votando no MDB, o POC reavaliou a conjuntura e a estratégia a ser adotada e partiram em busca de um espaço no parlamento. Então passaram a integrar a Tendência Socialista do MDB. Mas é principalmente através de seus contatos com outros grupos organizados de esquerda que ele organiza o jornal *Em Tempo*, jornal que teve papel importante no combate à ditadura e na divulgação do movimento pró-PT. Conta Pont, em seu depoimento:

*E com o Em Tempo passamos a ter uma política de ligação nacional, nos engajamos na luta por uma linha editorial em defesa do PT como projeto. E fizemos aqui uma convenção da Tendência Socialista do MDB e decidimos, em bloco, ir para o Movimento Pró-PT.”<sup>9</sup>*

Este grupo, que havia sido Peleia, que havia passado pela Tendência Socialista do MDB e participado da criação e edição do jornal *Em Tempo*, pouco antes da criação do PT, formaliza uma identidade política com o nome ORM-DS. (FERREIRA e FORTES, 2008,p.223).

Na fundação do PT no Rio Grande do Sul, havia escassa representação dos trabalhadores do campo. Dela participaram apenas alguns pequenos agricultores, como Roque Barbieri, que integrava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Farroupilha. É somente a partir de 1982 que começam a ingressar no PT pessoas oriundas dos movimentos sociais no campo. (Raul Pont, depoimento)

A terceira vertente que forma o PT em solo gaúcho compõe-se “*de movimentos de bairro, movimentos populares, movimentos de mulheres*” (PONT.2014. Depoimento) Quando Pont fala em movimentos de mulheres, deve estar se referindo ao Movimento Contra a Carestia, que em São Paulo teve uma importância muito grande, e estendeu-se por todo o país. Os movimentos sociais organizados de maior envergadura neste período, no Rio Grande do Sul, foram o Movimento pelos Direitos Humanos e o Movimento Ecológico, de defesa do meio ambiente, representado pela Associação Gaúcha de Proteção Ambiental - AGAPAN, conforme informado no trabalho de Vânia Fonseca Soares, sobre movimentos sociais em Porto Alegre, neste período.

O movimento negro, que havia sido reprimido durante a ditadura, também reorganiza-se neste período, assim como o movimento estudantil. Infelizmente não encontrei maiores dados sobre movimentos populares urbanos nesta época, o que deve constituir um estudo rico e interessante. Também não posso afirmar quais destes movimentos estavam presentes à fundação do PT em solo gaúcho. Quanto aos movimentos rurais, estes com certeza fervilhavam, mas ainda de forma mais desarticulada. Destes tratarei no próximo capítulo.

## **A FORMAÇÃO DO MST E O CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL**

O MST surgiu da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra, que promoveram ocupações de terra nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, na primeira metade da década de 80. Foi fundado oficialmente na cidade de Cascavel, no Paraná, durante o Primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em janeiro de 1984, com a presença de 80 representantes de 13 Estados.

Surgiu, portanto, no final da Ditadura Militar, num momento em que grande parte da sociedade se movimentava por reformas sociais e liberdade política, e os Trabalhadores Sem Terra, enquanto grupo que lutava por seus direitos, foi recebido e apoiado por segmentos sociais diversos como um aliado numa luta com objetivos comuns.

A distribuição e o uso da terra tem sido definidores das estruturas sociais das diferentes sociedades ao longo do tempo. O uso coletivo da terra na maioria das sociedades indígenas e em muitas sociedades africanas antigas, a posse individual da terra com o uso do trabalho coletivo para explorá-la entre os Incas, a sociedade feudal na Idade Média, com sua intrincada superposição de direitos sobre a terra, são exemplos, mais distantes no tempo, que podemos usar para refletir o quanto a relação com a terra determina e é determinada pelas relações sociais.

O Brasil tem, desde as capitânicas hereditárias, uma grande concentração de terra em mãos de poucos. As políticas econômicas e fundiárias implementadas ao longo da história não alteraram muito este quadro. Segundo Paulo Klias, em artigo publicado no site Carta Maior em

05/05/2012, no ano de 2010 as grandes propriedades de terra ocupavam 56% da área rural cultivável do país e representavam 2% do total das propriedades cadastradas.

Até a promulgação da Lei de Terras de 1850, a terra tinha apenas valor de uso, e sua posse assegurava prestígio, não tinha, portanto, um valor econômico importante. Apesar da existência de projetos que buscavam frear e diminuir a concentração fundiária no País, um de 1822 de José Bonifácio de Andrada e Silva, e outro de 1828, do Padre Diogo Feijó, as elites brasileiras que em grande parte eram compostas por latifundiários, nunca permitiram que tais projetos saíssem do papel. O Estatuto da Terra de 1850 garantiu o controle da terra pelo Estado, ao menos formalmente, e lhe deu valor comercial. E também impediu que ex-escravos e caboclos tivessem direito à terra. (CAVALCANTI,2005.)

Mas, na prática, a simples ocupação e posse das terras, na maioria das vezes por latifundiários que expandiam seus domínios, era a forma mais usada para obtenção de terras. Esta ampliação constante do latifúndio, feita muitas vezes por grilagem e meios violentos, impedia o acesso à terra pelas populações mais pobres, tanto brancos, como negros ou indígenas. As populações indígenas em especial, eram continuamente jogadas “mais para o interior”, para regiões ainda consideradas inóspitas, para dentro das matas, para o alto das serras. “*A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio.*”<sup>10</sup> (FERNANDES, 2001)

Quando a ditadura civil-militar se instalou no Brasil, em 1964, os trabalhadores do campo estavam bastante organizados, seja por iniciativa do PCB, seja por iniciativa da Igreja Católica - ambos disputavam este espaço, junto aos trabalhadores rurais. O novo regime passou a impedir a livre organização de trabalhadores e sufocou a existência de inúmeros sindicatos rurais, associações, das Ligas camponesas, extinguiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Rurais - ULTAB, e o Movimento dos Agricultores Sem Terra- MASTER. (FERNANDES, 2001). Muitas das lideranças do campo foram assassinadas, presas e torturadas. (OLIVEIRA .1994)

A Ditadura militar implantou uma política de desenvolvimento no campo baseada na grande propriedade, com fartos créditos, incentivos fiscais e subsídios, privilegiando o agro-negócio e as grandes monoculturas em detrimento da agricultura camponesa. Esta política, ao

---

<sup>10</sup> Aqui o Professor Bernardo Mançano Fernandes refere-se à todos os camponeses pobres, que trabalhavam no entorno ou dentro do latifúndio, não apenas aos indígenas.

que parece destinada a fortalecer o grande capital no campo e a gerar um generoso excedente de mão de obra nas grandes cidades, criou um forte processo de êxodo rural. Plínio Sampaio fala sobre esta questão em seu depoimento a Marta Harnecker:

*Quando a economia salta- em 68-ela dá um salto extraordinário. É isso que permite ao Brasil depois enfrentar o problema da exportação de uma maneira espantosa (...) Isto é outro processo de modernização conservadora. Você moderniza a parte econômica, o progresso técnico, e reprime violentamente a situação social e isso agrava enormemente o êxodo rural.” (HARNECKER,1994.p.21).*

Afirma o professor Bernardo Mançano Fernandes que neste período foram expulsos mais de 30 milhões de trabalhadores do campo para as cidades:

*No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia fria.”(FERNANDES,2001)*

Os conflitos no campo surgiam por todo o país e eram reprimidos com muita violência, tanto pelas polícias privadas dos grandes fazendeiros como pelas polícias militares. Na obra do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira “A Geografia das Lutas no Campo”, da editora da Universidade de São Paulo, encontramos um retrato bastante amplo da violência do campo no Brasil. Sobre este período afirma o Professor Ariovaldo:

*De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a militarização do problema da terra (...). No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias. A pressão no campo, a violência, aumentou significativamente durante o governo militar. (OLIVEIRA, 1994. p.52).*

A política do Regime Militar, de promover a modernização do campo, se por um lado provocou um enorme êxodo rural, por outro lado fez surgir uma classe média rural, formada por pequenos proprietários, especialmente de São Paulo para o sul, que se não tem o mesmo padrão de vida das classes médias urbanas, tem um padrão de vida muito melhor que aquele que tiveram seus pais. Na região sul do país agora havia três classes sociais, uma composta de grandes proprietários capitalista, a segunda era uma “classe média”<sup>11</sup> de pequenos proprietários,

---

<sup>11</sup> Esta nova classe dispunha de energia elétrica, automóvel para uso próprio, tratores, caminhões. Não chegavam a ter o padrão de vida das classes médias urbanas, mas tinham muito mais conforto do que haviam tido seus pais.(STEDILE e FERNANDES,1999.p. )



e a terceira era composta por um proletariado agrícola, sem terra. Porém, nas regiões centrais, norte e nordeste do país, a divisão social não havia mudado muito. Existia uma classe de pequenos proprietários, mas não chegavam a se constituir em classes médias. Havia um grupo de grandes proprietários e um número muito grande de camponeses pobres, sem terra. Afirma Plínio Sampaio, “(...) o caciquismo rural continuava exatamente como na década de 30. O latifúndio rural tem hoje uma organização, a UDR. Não são agricultores atrasados. Ao contrário... mas eles tem capangas e mandam matar...”(HARNECKER,2001.p.22).

O Regime Militar buscou a hegemonia no campo e controle de conflitos, através dos sindicatos rurais. Produziu um enorme processo de sindicalização rural, ao final da ditadura, e através da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG,<sup>12</sup> aparelhou os sindicatos rurais e passou a usá-los como instrumento de assistência à saúde e assistência previdenciária no campo. Os sindicatos usavam estes recursos de forma clientelista, apesar de que, ao menos de uma forma mais burocrática, faziam algum enfrentamento ao Regime Militar. Outra forma encontrada pelo governo para minimizar a pressão no campo, foi promovendo assentamentos em áreas consideradas como deserto humano, nas vastas regiões da Amazônia e Mato Grosso. Entretanto estas iniciativas, na sua maioria, não obtiveram sucesso, pois os trabalhadores eram colocados em áreas isoladas e sem receber nenhum tipo de apoio financeiro e técnico da parte do Estado. Uma grande parte acabava retornando aos seus lugares de origem. (HARNECKER, 2001.p.111).

Outra forma ainda de diminuir os conflitos, foi arrendar para pequenos agricultores, parcelas de terras em reservas indígenas. E foi um conflito gerado por esta política que deu origem ao MST no Rio Grande do Sul. Em 1978 os indígenas de Nonoai, que lutavam desde 1974 com o apoio do Conselho Indigenista Missionário -CIMI, expulsaram de suas terras os posseiros- aproximadamente 1400 famílias, criando um grave problema social. Eram dezenas e dezenas de acampamentos à beira da estrada, constituídos por pessoas reconhecidamente ordeiras, que trabalhavam há mais de 30 anos a terra das quais tinham sido expulsas. (FERNANDES, 2000)

---

<sup>12</sup> Fundada em novembro de 1963, como parte do processo de legalização dos sindicatos no meio rural. Neste processo de legalização formaram-se os sindicatos de trabalhadores rurais, em seguida as federações estaduais-FETAGs, e então a Confederação.(STEDILE e FERNANDES, 2001.pag 23) Entidade com forte vinculação ao PCB (HARNECKER,2001.pag111)

Uma parte destes camponeses foi assentada na reserva de Terra Nova, no Mato Grosso, mas muitos não quiseram sair do Rio Grande do Sul. Auxiliados pela Comissão Pastoral da Terra- CPT, e organizados a partir dos sindicatos rurais, iniciaram um grande acampamento nas fazendas Macali e Brilhante. Amparados no Estatuto da Terra, que preconizava a desapropriação de latifúndios improdutivos para a Reforma Agrária, este grupo de agricultores ocupou as fazendas Macali e Brilhante em setembro de 1979. Estes agricultores foram assentados em cerca de quatro meses, o que representou uma vitória importante.

Aqui é importante falar das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, e da Comissão Pastoral da Terra - CPT<sup>13</sup>. Elas foram de fundamental importância na construção dos movimentos populares no Brasil após a década de 70. Como foi dito no capítulo anterior, o guarda-chuva da Igreja garantiu que as CEBs fossem um espaço onde era possível a reflexão e a organização de grupos urbanos durante a ditadura militar. Nas áreas rurais, quem cumpriu este papel foram as CPTs. Foi através da Comissão Pastoral da Terra, criada em 1975 em Goiânia, que diferentes grupos de camponeses se organizaram e resistiram em suas terras, em diferentes lugares do Brasil. Mas ainda não existia uma organização que reunisse esses diferentes grupos, e desse uma dimensão maior a esta luta. Esta organização foi construída aos poucos, na segunda metade da década de 70. Outra contribuição fundamental da CPT foi, conforme Stédile afirma em ‘Brava Gente’, uma vocação ecumênica, que garantiu a ampliação do Movimento:

*Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, principalmente nos estados do Paraná e de Santa Catarina. Por que isso foi importante para o surgimento do MST? Porque se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essa visão maior, teriam surgido vários movimentos{...}A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional (STEDILE e FERNANDES, p.21).*

Diversos religiosos assumiram as lutas camponesas, como foram os exemplos de Dom Pedro Casaldáliga, no Mato Grosso; Dom José Gomes, em Santa Catarina; Dom Tomas Balduino, em Goiás. No Rio Grande do Sul duas paróquias se destacavam nestes momentos

---

<sup>13</sup> CPT- Organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro- Oeste do país. A CPT teve como referência doutrinária a Teologia da Libertação. Procurava aplicar na prática as orientações do Concílio Vaticano II. Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. surgiu dentro da Igreja Católica, da CNBB, com uma proposta pastoral, mas logo evoluiu para a organização política dos trabalhadores da terra e para uma forma mais ecumênica (STEDILE e FERNANDES, 1999)

iniciais: a do Padre Arnildo Fritzen, em Ronda Alta e a dos freis Maldaner e Görden em Três Passos. Também trabalharam a organização e resistência dos camponeses, como membros da CPT, João Pedro Stédile, Ivaldo Gehlen, e Fladimir Araujo, entre outros. Sobre esta proximidade entre socialistas e cristãos, afirma Stédile:

*Não se trata aqui de cair no simplismo de debater se é capitalista ou socialista, se o governo vai fazer ou não. O principal aqui é compreender se essa proposta representa uma solução verdadeira ou não para a pobreza e a desigualdade social que afligem milhões de brasileiros no meio rural (Harnecher,1994.p.112).*

Depois da ocupação das fazendas Macali e Brilhante, num encontro das CEB's, em Canindé, no Ceará, foi definido o movimento de ocupação de terras como forma de luta pela realização da Reforma Agrária (BACKES e ARAUJO. 2008. P.42): “*Os pobres estão por aí, dispersos, e ninguém se queixa deles. Se se organizam e fazem uma ocupação, ela é tão evidente e tão contundente que obriga a sociedade a se manifestar.*” (Stedile e Fernandes, 2001.p.113). As ocupações de terra foram, portanto, uma estratégia de luta definida a partir das Pastorais da Terra.

As ocupações de terra representavam um enfrentamento de dois projetos diferentes para o país, no campo. De um lado a política do governo que privilegiava o grande capital e conduziu os camponeses à expropriação, à expulsão da terra, à exclusão e que provocou um grande êxodo rural e cinturões de miséria em todas as grandes cidades do país, com todas as suas tristes conseqüências, A política dos trabalhadores leva à resistência na conquista da terra e do trabalho, da dignidade, da cidadania, com a ressocialização dos camponeses sem-terra. Roseli Caldart, em seu trabalho sobre Educação e o MST, cita uma frase de um assentado, que é extremamente significativa: “*Quando ocupamos aquela terra, paramos de morrer...*”

Darci Maschio, um dos fundadores do MST que hoje vive no assentamento da Fazenda Anoni, em seu depoimento, no livro de Rafael Guimaraens, fala da importância de ser um assentado e da luta do MST:

*Se essas famílias se fossem para a periferia, nossos filhos hoje estariam no mundo do crack, no mundo do crime. E também mostra [as conquistas mostram] que a lei em si se transforma numa letra morta se não tiver o povo, que se organizar e tenha consciência dos seus direitos, e busque esses direitos através da luta. (GUIMARAENS, 2011.p.196).*

Em 1981 foi organizado outro acampamento às margens da estrada num local que depois ficou conhecido como Encruzilhada Natalino. Em abril de 1981 haviam 50 famílias acampadas, em junho já eram 600 famílias, que ocupavam dois quilômetros à margem da

estrada. Estes posseiros começaram a ser chamados pela imprensa como “sem-terra”, e Encruzilhada Natalino tornou-se um momento de forte enfrentamento com o Regime Militar, ganhou destaque nacional e se tornou um importante passo para a construção do MST. Neste momento, que era de crise do Regime Militar, Encruzilhada Natalino tornou-se um símbolo de resistência. Em um ato de apoio realizado em 25/07/1981, no extremo sul do país e em local distante de qualquer grande centro, reuniram-se mais de 10.000 pessoas. Lá estiveram artistas, políticos e religiosos de renome. Este ato foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e o acampamento foi colocado sob intervenção do exército, tendo sido enviado pelo governo o Major Sebastião Moura, o Curió, especialista em contra-insurgência, para dissolver o acampamento, mas ele fracassa e após dois meses se retira. “*Em terra de quero-quero, Curió não canta!*” (STEDILE e FERNANDES, 1999 e FERNANDES, 2000.)

A partir daí a estratégia de invasão de grandes áreas de terras foi adotada nacionalmente, as ocupações ganharam repercussão, no país e no exterior, e com a pressão exercida, a distribuição de terras aos poucos voltou a acontecer. A história de Encruzilhada Natalino está relatada em detalhes na tese de doutorado do Prof. Bernardo Mançano Fernandes, “*Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro, formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MSR- 1979-1999*”.

O MST, hoje com 30 anos de história, foi construído, conforme Stédile, a partir de três fatores: da Comissão Pastoral da Terra, com seu ecumenismo; de uma postura ideológica de seus militantes, que entendem que a realidade pode ser transformada e lutam por isto; e graças à conjuntura histórica na qual surgiu, onde o movimento protagonizado pelos camponeses obteve amplo apoio da sociedade. Mantém-se como movimento social importante, complexo, que tem como eixo central a luta pela terra, e ainda uma atuação importante na educação, na produção, na saúde, na defesa dos direitos humanos e notadamente na defesa do meio-ambiente. Estas atuações são desenvolvidas para a manutenção e assistência aos assentamentos já conquistados. O MST tem mais de 400 associações e cooperativas, que trabalham de forma coletiva para produzir alimentos sem transgênicos e sem agrotóxicos, 96 agroindústrias, 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos que garantem o acesso à educação à mais de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terras e que alfabetizaram 50 mil adultos e jovens nos últimos anos, e mais de 100 cursos de graduação em parceria com universidades por todo o Brasil.<sup>14</sup> O MST

---

<sup>14</sup> Dados obtidos no site do MST.

conseguiu “*a combinação de formatos organizativos diversos. Exatamente para dar conta dos seus objetivos e das diversas dimensões de sua luta [...] uma verdadeira empresa social, convivendo com a irreverência de um movimento permanente e imprevisível*” (CALDART,2001)

Entretanto, apesar de seu tamanho e da importância política que adquiriu, o MST não é o único movimento de luta pela reforma agrária. Existem atualmente dezenas de outros movimentos, inspirados no MST ou dissidências dele. Por exemplo, o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), ligado à Social Democracia Sindical, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), ligado a segmentos da esquerda, e o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à Força Sindical. Dados reunidos por Bernardo Mançano Fernandes (1999) mostram que o MST é responsável por apenas um terço das ocupações de terras realizadas no Brasil desde 1996, e representa aproximadamente dois terços das famílias acampadas recenseadas desde aquele ano. (COMPARATTO, 2001. P.1).

Tratamos acima do “grande berço” do MST, que foi a Comissão Pastoral da Terra. Porém o MST não foi construído exclusivamente a partir das reuniões da CPT, também o foi a partir dos Sindicatos. Na verdade, as Pastorais da Terra passaram a se organizar para mudar a postura dos sindicatos, para que eles passassem a cumprir o papel de defesa dos interesses da sua classe. Os sindicatos rurais começaram a surgir a partir de 1962, 1963, quando o trabalho rural foi reconhecido em lei. Foi também quando surgiu a Confederação dos Sindicatos Rurais – CONTAG, que em geral era mais vinculada ao PCB. Com o advento da ditadura, estes sindicatos passam a ser controlados pelo Regime Militar, que aumenta muito a rede de sindicatos e passa a usá-los como forma de levar alguma assistência previdenciária, médica e odontológica ao campo. (HARNECKER,1994.p.111).

A forte crítica da Comissão Pastoral da Terra à atuação assistencialista dos sindicatos, estimulou a criação das oposições sindicais baseadas na valorização da participação e organização dos trabalhadores. A partir das oposições sindicais, a idéia-base das CEBs e CPT, que é a da transformação da realidade a partir da organização e luta dos trabalhadores, começa a tomar corpo no meio rural, entre os pequenos proprietários, rendeiros, parceiros. Neste novo momento dos sindicatos rurais despontaram lideranças como Adão Preto e Ivar Pavan.

A partir de 1981 as ocupações de terra seguiram acontecendo em diversos lugares do país. A CPT organizou diversos encontros, reunindo os diferentes grupos que compunham o movimento. Em 22 de janeiro de 1984, no encontro de Cascavel, foi fundado o Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra, com a representações de treze Estados. Estavam presentes representantes da Associação Brasileira da reforma Agrária – ABRA, da recém criada central única dos Trabalhadores - CUT, do Conselho Indígena Missionário – CIMI e da Pastoral Operária de São Paulo. A partir daí as ocupações de terra, as ocupações de prédios públicos, as grandes marchas e manifestações passam a adquirir grande visibilidade e um ampliado sentido político. Por ocasião do Primeiro Congresso, em 1985, na cidade de Curitiba, já havia representações de 23 Estados, demonstrando o vigor do movimento. (FERNANDES, 2000)

Estes congressos definiram os princípios que norteariam o MST, ser um movimento de massas, a partir do entendimento de que apenas a pressão das ocupações garantiriam o assentamento das famílias, e de que além de lutar por Reforma Agrária, deveriam fazer a luta social, a luta contra o grande capital, e inclusive fazer a defesa de terras indígenas:

*(...) lutar contra o capital na construção de uma sociedade sem exploração, lutar pela terra e pela reforma Agrária para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade. Lutar pela dignidade humana, por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; lutar sempre por justiça, com base nos direitos humanos, lutar contra todas as formas de dominação e procurar em todo o tempo e lugar a participação igualitária da mulher. (FERNANDES.1999.p.74).*

Estes princípios, definidos no início do movimento, definiriam sua forma organizativa. Repudiando formas burocráticas e hierarquizadas, definiram que a direção do movimento seria sempre coletiva. Isto além de garantir uma visão de conjunto e uma responsabilidade maior de todos os segmentos representados na direção, era uma forma de evitar a repressão. A divisão do trabalho, em todas as dimensões do movimento, e a autonomia, também fazem parte de sua organização. Tanto a autonomia do movimento em relação à outras instituições, como a autonomia de ação em cada frente de luta. Como consequência desta busca, depois, quando o MST passa a ter militantes eleitos para cargos parlamentares, é definido que o parlamentar não pode fazer parte da direção do movimento, tanto pela dedicação que ambas as tarefas exigem, como pela garantia de autonomia do movimento.(FERNANDES,1999.p.77).

Uma visão clara da necessidade do protagonismo, enquanto classe e enquanto indivíduo, levou a buscar soluções para aqueles problemas que eles poderiam resolver sozinhos, sem ajuda externa. Assim surgiram as primeiras escolas nos assentamentos e nos acampamentos.

Hoje o MST tem um setor grande de educação, que inclui uma ampla rede de escolas de 1º grau, escolas de 2º grau e um curso superior, ligado à Universidade de Ijuí – UNIJUÍ.

Também tem um setor de formação política, com escolas regionais e uma escola nacional em Santa Catarina, e a Escola Nacional Florestan Fernandes, que funciona como

uma Universidade, em Guararema, São Paulo, e recebe palestrantes do peso de Istvan Mezaros. A ENFF busca qualificar a luta dos movimentos sociais. Além disso tem um setor de comunicação, que se dedica a preparar boletins, programas de rádio para as rádios comunitárias. Nacionalmente tem o jornal Sem Terra e a revista Sem Terra. Uma home-page na Internet também faz parte desse setor de comunicação. Há também o setor de produção, que organiza as cooperativas, que estimula a cooperação agrícola nos assentamentos, um sistema de extensão rural feita pelo próprio Movimento. (STEDILE,1997.p.75 e 76).

*Esse é o nosso esforço. Cada assentamento está num estágio diferente. Se você visitar um assentamento que ainda está no primeiro, ou segundo ano, vai ver muita pobreza, mas o agricultor está comendo. Se você visitar um assentamento mais antigo, onde já temos agroindústria, aí irá ver maravilhas. Temos laticínio, frigorífico e estamos implantando várias linhas de agroindústria” (STEDILE, 1997.p.75).*

Para pensar o MST em relação à historiografia, visito outro momento de construção dos trabalhadores enquanto classe, enquanto capacidade organizativa na defesa de seus interesses, enquanto construção de uma identidade e de uma consciência, o momento da construção da classe operária inglesa, vista e analisada por Thompson, conforme revelado por Roseli Caldart:

*Diz Thompson (1987: 9), ao explicar o sentido do fazer-se da classe operária inglesa, que se trata de compreendê-la como um processo ativo, que se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos: "A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se" No caso de que aqui se trata, a paráfrase possível me parece ser: os sem-terra não surgiram como sujeitos prontos, ou como uma categoria sócio-política dada, mediante o ato de criação do MST. Sua gênese é anterior ao Movimento e sua constituição é um processo que continua se desenvolvendo ainda hoje, embora, tal como no caso da classe operária analisada por Thompson, já seja possível identificar um momento da sua história em que se mostra como identidade melhor definida. Este momento corresponde ao final da década de 80 e início dos anos 90, do final do século XX (CALDART,2001,p.7).*

Com o final da ditadura militar, o governo da chamada Nova República traz um novo momento para o MST. O período de 1985 a 1989 foi de inúmeras invasões e de muitas conquistas. Porém, como o governo não reprimia o movimento, os grandes proprietários se organizaram na União Democrática Ruralista - UDR, que buscava tanto fazer diretamente a repressão ao movimento, como pressionar o governo a seu favor. Na constituição de 1988 a UDR conseguiu evitar que fosse promulgada uma avançada lei de Reforma Agrária. Foram desta época o assassinato do Padre Josimo, em Imperatriz, no Maranhão, e do sindicalista Chico Mendes, no Acre.(STEDILE e FERNANDES,1999.p67).

O governo Collor trouxe uma fase de intensa repressão ao Movimento, usando para isso até a Polícia Federal. Foi sob o governo Collor, que em oito de agosto de 1990, deu-se o violento conflito entre a Brigada Militar e um grupo de militantes do MST, acampados na Praça da Matriz em Porto Alegre.<sup>15</sup> A posse de Itamar Franco como presidente trouxe um grande alívio para o MST, e então o movimento voltou a fazer ocupações e garantir assentamentos. O governo Itamar tratava o MST como interlocutor político nas negociações por eles travadas. (STEDILE e FERNANDES,1999.p.71).

Durante os oito anos do governo FHC, houve um duro e constante embate do MST com o governo, mas sem a repressão ostensiva realizada no governo de Fernando Collor de Melo. O período de 1995 a 1997 foi outro momento de boas conquistas para o MST. Nos anos finais de governo FHC já estava em curso uma forte ofensiva do governo e da mídia em geral, no sentido de criminalizar os movimentos sociais, em especial o MST.

Sobre a relação entre o MST e o governo de Fernando Henrique Cardoso, visito o trabalho de Bruno Konder Comparatto: “*A ação política do MST*” de 2001, que traz muitas informações sobre o período do governo FHC. O período de 1995 a 2002 na verdade extrapola os limites temporais deste trabalho, porém as análises de Comparatto sobre as estratégias e modos de luta do MST, são válidos para o período anterior. Além disso, sua leitura sobre o MST enquanto um agente político tem uma grande relevância, e me auxiliará a trabalhar algumas questões. Os elementos que vou desenvolver a seguir, vão dialogando com este trabalho.

Para Comparatto, a análise dos discursos de FHC mostram que ele, inicialmente, se manifestava favorável à reforma agrária, apesar de evitar mencionar o MST, e que aos poucos ele e o MST se reconhecem como interlocutores políticos. Em campos opostos, mas não como inimigos, afinal para o MST apenas o governo poderia ser o agente capaz de fazer a Reforma Agrária e de neutralizar a violência no latifúndio. A reivindicação básica era o assentamento das famílias acampadas e a concessão de créditos para possibilitar a produção das famílias assentadas, e a partir de 1995 o número de famílias assentadas aumentou significativamente.(COMPARATTO, 2001).

Afirma ainda Comparatto, que a luta pela reforma agrária dá origem a duas formas de pressão sobre o governo. A primeira é aquela exercida por sem-terra acampados e só se desfaz

---

<sup>15</sup> Correio do Povo de 09/09/1990.



quando o assentamento é conquistado. Surge então o segundo tipo de pressão, aquele exercido pelos assentados para ter acesso aos créditos de reforma agrária, e viabilizar a produção até que o assentamento adquira autonomia suficiente para ser emancipado. As ações do governo que se destinam a romper esses dois ciclos de pressão eram: o cadastramento de famílias sem-terra, a proibição de desapropriação de terras ocupadas, a emancipação precoce dos assentamentos ou não-concessão de créditos aos mesmos, a tentativa de cooptação de lideranças com promessa de vantagens pessoais, a descentralização da reforma agrária, para evitar que a luta seja caracterizada como um enfrentamento entre o governo federal e o MST; o incentivo à divisão e ao surgimento de movimentos rivais, e mais a repressão e criminalização do movimento. Em todas essas ações, o governo conta com um aliado fundamental, os meios de comunicação. Nesta disputa a imprensa sempre se manteve claramente ao lado do Governo.

Dois acontecimentos importantes obrigaram o governo FHC a dedicar maior atenção ao MST: o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996- em que 19 militantes do MST foram mortos pela polícia militar do Pará- e a Marcha a Brasília, realizada de fevereiro a abril de 1997, onde mais de 30.000 pessoas se manifestaram em defesa do MST e da reforma Agrária. Em consequência destes episódios FHC destitui o ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira, proprietário de grandes extensões de terras, e desmembra o Ministério da Agricultura, com a recriação do Ministério da Reforma Agrária, que tinha sido extinto ao final do governo Sarney, nomeando Raul Jungmann como titular da pasta.

A par disto passou a adotar uma atitude mais dura para enfrentar o MST, a repressão ao MST passou a ser coordenada pelo Gabinete Militar da Presidência. Segundo a revista Veja o general Alberto Mendes Cardoso controlava 900 homens, em 12 agências regionais de inteligência, nesta coordenação. Uma das estratégias do governo FHC ao lidar com o MST era desqualificá-lo e buscar constantemente diminuir a importância e o alcance de suas ações. Tentava descaracterizá-lo como movimento social, para enquadrá-lo como um movimento criminoso, que realiza um conjunto de ações fora da lei, para assim minar sua imagem junto à opinião pública. (COMPARATTO,2001)

Quanto à relação do MST com o Congresso, Bruno Comparatto afirma que uma prova incontestável da força política do movimento dos sem-terra é que ele não precisa, ou não quer, passar pela intermediação de um deputado para fazer com que suas reivindicações cheguem ao Executivo e que em momentos de impasse alguns parlamentares, geralmente de oposição, oferecem-se para servir de intermediadores entre o governo e o MST. Afirma ainda que atuação

do Congresso nessa questão poderia ser muito maior e que nas questões agrárias, o Congresso deixa as iniciativas para o Executivo. “ De fato, os dirigentes do MST são recebidos diretamente pelo Presidente da República ou por seus ministros. Os parlamentares podem até facilitar o encontro, mas não são indispensáveis”(COMPARATTO,2001.p. 11).

Neste trabalho o autor tenta demonstrar que no período de FHC o MST era mais que um movimento, era um agente político, e para defender sua proposição acaba por diminuir a importância da atuação parlamentar de deputados ligados ao MST.

Entendo que com certeza o MST era um agente político no sentido de suscitar e manter a pauta da reforma agrária, era também um agente político ao defender reformas sociais. Mas principalmente era e é um Movimento Social, vigoroso, um movimento de massas que provoca o debate político, que faz o enfrentamento político, mas como Movimento. Afinal só um movimento social tem a capacidade de colocar em cheque um governo e uma sociedade. Temos uma sociedade que entende que a manutenção dos espaços e privilégios das elites é o padrão de legalidade correto, e é a tarefa de governo. Nossos governos, em sua maioria, assumiram este papel que as elites à ele atribuíam. Muito elucidativo sobre esta questão é o depoimento de Severiano Telles:<sup>16</sup>

*‘Se não tiver mobilização, tu vais no ministério e toma um chá de banco na poltrona, e o ministro nunca vai estar para te atender. Seja deputado, seja o que for.’ Agora se tivesse uma BR trancada, ele, o ministro ligava prá ele e dizia: “Adão, venha cá prá nós conversar” (BACKES e ARAUJO,2010.p.105).*

Os depoimentos e discursos de Adão Preto, coletados e publicados nos dois livros que tratam de sua trajetória, mostram outra realidade do que esta afirmada por Bruno Comparato. Segundo Adão Preto, ele e todos os deputados do núcleo agrário do PT, atuavam como um braço do MST dentro do Parlamento. Inclusive sua candidatura foi decidida dentro do MST e ele sempre se subordinava às decisões do Movimento. A maioria do parlamento, de fato, ignorava os conflitos agrários, ou, no caso dos representantes da UDR, colocavam-se na defesa dos grandes proprietários. Mas o núcleo agrário do PT levou à votação inúmeros projetos de lei, a maioria derrotados nas votações, pois a correlação de forças no Congresso Nacional era desvantajosa para os movimentos sociais.

---

<sup>16</sup> Severiano Telles foi amigo e assessor de Adão Preto

Ainda sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso e o MST: uma das medidas tomadas pelo governo para reprimir manifestações, estabelecia que não seriam desapropriadas as áreas ocupadas pelos Sem Terra, fossem elas produtivas ou não.(GUIMARAENS,2011.p.145).

Outra questão interessante que Bruno Comparatto levanta é da opinião pública em relação ao MST. Ele afirma que o MST sabe que depende da opinião pública para aprovar seus projetos e que segundo pesquisas a maioria das pessoas é favorável à Reforma Agrária, mas sem saber ao certo o que vem a ser isto. Porém, apesar de serem favoráveis à reforma Agrária, não a consideram uma prioridade, e elegem deputados comprometidos com outras questões e até contrários à Reforma Agrária. Já a opinião pública internacional é francamente favorável. O MST tem consciência da importância desse apoio externo e da sua influência no tratamento dispensado ao movimento pelo governo. Por isso, dedica um cuidado particular aos contatos com organizações não-governamentais internacionais e envia vários de seus militantes ao exterior. (COMPARATTO,2001)

O MST hoje é um movimento social conhecido e respeitado pela esquerda do mundo todo. Já a opinião pública no Brasil, em virtude do intenso trabalho de criminalização que a mídia tem realizado contra os movimentos sociais e em especial contra o MST, é bastante dividida sobre o assunto. Acredito que se fosse realizada uma pesquisa hoje sobre o MST e a Reforma Agrária, ela mostraria uma maioria que não apoia o MST e que, não obstante, provavelmente apoie uma Reforma Agrária.

O MST mantém hoje uma teia de relações com ONGs em diversos lugares do mundo e está vinculado à Via Campesina – que é uma entidade que congrega movimentos sociais do campo no mundo inteiro e defende, entre outras questões, a solidariedade como valor coletivo, a preservação da diversidade dos grupos sociais, a soberania alimentar e a luta contra o agro-negócio e contra os transgênicos.

## A LUTA POLÍTICA E A BUSCA DE ESPAÇO NO PARLAMENTO : MST e PT

O contexto do surgimento do MST também foi o da democratização do país e de suas instituições, um momento muito rico da história brasileira. Nas invasões de 79 a 84, onde se construía a organização e a idéia de um Movimento Sem Terra em nível nacional, o PT também se organizava. Com uma outra lógica, com uma agenda muito pressionada pelos calendários eleitorais, havia sido realizada a fundação do partido em 1980, e em 1984, por ocasião da fundação do MST, o Partido dos Trabalhadores já estava em pleno processo de organização e construção interna.

O MST em seu processo de lutas percebeu a necessidade de ter representantes parlamentares que realmente tivessem compromisso com suas questões, com suas necessidades e foi definido dentro do movimento que alguns de seus militantes deveriam participar de pleitos eleitorais. E é aqui que se amarram as duas pontas de meu trabalho, de que forma se deu a escolha do PT como partido político, e de como foi a atuação parlamentar dos representantes eleitos. Pela pequena dimensão deste trabalho escolhi apenas um parlamentar, para através dele, fazer esta leitura.

Um dos protagonistas destas lutas, entre tantos bravos, foi Adão Pretto. Um camponês que cresceu trabalhando a terra ao lado de seus pais, que buscou a alfabetização aos dezessete anos de idade e tinha tudo para ser apenas mais um na massa obscura da base da pirâmide social brasileira, porém, sem jamais abandonar a identidade de colono, se tornou um gigante na luta pela superação da injustiça social no campo.

Adão Pretto nasceu em Coronel Bicaco, Rio Grande do Sul, em 18/12/1945. Cedo sua família mudou-se para um município vizinho, a pequena Miraguaí, a 400 km de Porto Alegre, na região do Alto Uruguai. Ali viveu como agricultor, membro ativo em sua comunidade, Ministro da Eucaristia, sindicalista, até ser eleito deputado estadual em 1986. Em 1990 elegeu-se deputado federal, e na Câmara dos Deputados conquistou mais quatro mandatos. Teve nove filhos, alguns incorporaram-se às lutas do MST e tornaram-se assentados. Seu filho, Edegar Pretto, elegeu-se deputado estadual em 2010. Adão Pretto faleceu em cinco de fevereiro de 2009, e recebeu nesta ocasião as honras de um estadista. Teve uma trajetória de vida realmente ímpar.

Até depois dos trinta anos viveu como agricultor, sem exercer nenhum papel de liderança. Não interessou-se em estudar, seus irmãos iam à escola e ele preferia ficar trabalhando com seus pais. Somente aos dezessete anos apercebeu-se da importância de saber ler e escrever e foi alfabetizado por um vizinho, Senhor Elmo Reinhard. Ao final de seis meses já sabia alguma coisa, e seguiu estudando em casa. (BACKES e ARAUJO,2010.p.61).

A região norte do Rio Grande do Sul, berço dos grandes conflitos de terra no período final da ditadura militar, tinha uma população majoritariamente descendente de imigrantes europeus. Um povo muito religioso, em geral vinculado às Igrejas Católica ou Luterana, bastante conservador, e com convicções anti-comunistas. No período final da ditadura militar, esta população vivia, como já descrito nos capítulos anteriores, a expansão capitalista no campo. O crescimento do agro-negócio, subsidiado pelo governo, mudou o perfil da produção no campo e obrigou muitos pequenos proprietários a tomar empréstimos para acompanhar as mudanças no mercado. Mudanças que traziam um aumento de produtividade e exigia a mecanização e o uso de químicos. Muitos se endividaram e perderam suas propriedades, outros não conseguiam mais produzir o suficiente para sobreviver e vendiam suas terras indo engrossar as periferias dos grandes centros urbanos. (HARNECKER,1994.p.114).

A mudança de visão de boa parte desta população, que de anticomunista passa a simpatizar e até a abraçar uma opção socialista, é descrita por Ivar Pavan<sup>17</sup>, no livro de Marta Harnecker. Esta mudança de visão passou por este processo de mudança na estrutura social no campo, e que foi vivido por Pavan na oposição dos sindicatos rurais, em defesa de uma maioria de agricultores que vinham sendo premidos e expulsos do campo pelas novas condições impostas pela economia.

A relação política anterior daqueles pequenos agricultores, que sonhavam em enriquecer com seu trabalho, era com políticos geralmente ligados ao PDS, em quem eles votavam e para quem faziam campanha. Mas quando acontecia de eles irem até esses políticos com uma reivindicação da comunidade, não encontravam apoio, e começaram então a perceber que havia interesses diferentes em conflito. Aí, diz Ivar Pavan, surgiu naquele meio a

---

<sup>17</sup> Ivar Pavan foi agricultor, sindicalista, fundador do Movimento dos atingidos por barragens e deputado estadual no Rio Grande do Sul. Hoje é titular da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, no Estado do Rio Grande do Sul.

consciência de classe: “(...) nós somos de uma classe, e tem gente de outra classe que está nos provocando estes problemas.” Perceberam que havia interesses em disputa na sociedade e procuraram entender este processo. (HARNECKER, 1994.p.116).

Neste contexto, Adão Preto começa a lutar para que alguns vizinhos endividados não perdessem seus bens, e não fossem expulsos do campo para a cidade. Assim começou a caminhada política de Adão Preto, pela solidariedade. Logo foi escolhido para presidente da comunidade, presidente do CPM da escola de seus filhos e Ministro da Eucaristia. Como Ministro da Eucaristia, participava de encontros de formação. Retornava destes encontros com cartilhas e polígrafos, que lia na roça, nos intervalos do meio-dia. (BACKES e ARAUJO, 2010.p 44). Daí para atuar na Pastoral da Terra foi um passo. Davi Stival conta um pouco do que foi esta construção, através da CPT:

*Eu trabalhava na diocese e atuava na Pastoral Rural e na Catequese. O Adão era Ministro da Eucaristia. Montamos a Pastoral da Juventude eu, o Adão Preto, Darci Maschio, Frei Sergio, o Padre Luiz, de Miraguai. Produzimos um programa de rádio onde eu apresentava. [...] E o Adão vinha para os encontros da eucaristia, e se destacava justamente pela trova e poesia comprometida. (GUIMARAENS, 2011. P.36).*

Adão elegeu-se presidente do Sindicato Rural de Miraguai, onde a principal luta foi tentar impedir a expulsão do agricultor da terra. Reuniões com a comunidade, elaboração de cartilhas sobre direitos, atos de protesto e outras formas de resistência foram caminhos encontrados para a organização dos trabalhadores. Em uma ocasião o Sindicato promoveu o fechamento de um banco. O primeiro ato de fechamento de agência bancária realizado após a instalação da Ditadura, foi na pequena Miraguai.

Com as atividades na CPT, vieram outras mudanças:

*Foi nesta época também que ele começou a cantar, fazer versos de improviso e a tocar acordeon. “(...) e o pai nunca tinha pegado numa gaita, não sabia tocar. Acho que ele começou a se dar conta de que uma gaita, de que se ele soubesse tocar gaita, também ia ajudar nessa caminhada dele. Comprou uma gaita e já pediu aulas para o cara que vendeu a gaita (...)” (BACKES e ARAUJO,2010.p. 62).<sup>18</sup>*

Adão Preto participou ativamente da organização e fundação do MST, fundado oficialmente em janeiro de 1984. A entidade teve seus primeiros anos marcados por lutas no

---

<sup>18</sup> Depoimento de Edegar Preto

campo e repressão policial. O Estado brasileiro não via, e muitas vezes ainda não vê, as manifestações populares como expressão da soberania de um povo. É profundamente arraigada em nossa sociedade a visão de que o aparato do estado existe para preservar o status quo, aquilo que já está posto. Uma visão muito conservadora, que tem dificuldade em refletir sobre a sua realidade e sobre as possibilidades de melhorar o que está colocado. Este movimento social, justamente por ter sido criado para transformar o que há de injusto em nossa sociedade, sofreu duramente a repressão do Estado.

Apesar da solidariedade demonstrada por vários políticos, as pessoas do movimento sentiam a necessidade de terem um parlamentar diretamente ligado à eles. Isto era consenso, mas a escolha do candidato demandou um bom debate. Segundo diversos depoimentos o nome de Adão Pretto surgiu em meio ao debate e se impôs naturalmente, surpreendendo o próprio Adão, que se via como um militante de base. “*O Adão já era conhecido pela sua característica de trabalhador humilde e de poeta cantor, então era o cara que tinha mais popularidade e coerência.*”<sup>19</sup> (GUIMARAENS,2011. P.59)

Adão Pretto na época era vinculado ao PDT, tinha grande admiração por Leonel Brizola. Mas o PT vinha surgindo como uma novidade, e a maiorias das lideranças do MST eram vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Edegar Pretto conta que Zecão<sup>20</sup> foi um dos responsáveis pela filiação de Adão Pretto ao PT. (Guimaraens.2011.p.60).

Sobre isto existe um depoimento do próprio Adão, publicado em um de seus boletins de mandato:

*Depois de muito debate e numa reunião com mais de 17 municípios me escolheram. Discutimos qual partido, já que neste grupo tinha gente do PDS, PMDB, PFL, PDT e PT, mas não houve muita discussão para chegar à conclusão de que o partido mais parecido com a gente é o PT. Foi aí que eu assinei ficha no partido, mesmo já sendo simpatizante do PT (...)*” (BACKES e ARAUJO,2010,p.49).

Sobre a formação de lideranças neste período rico e conturbado de nossa história, é muito interessante o depoimento de João Pedro Stédile:

*Essa lutas então foram forjando seus líderes, que naturalmente se construíram colados com a luta {...} As massas foram forjando as lideranças, independente dos*

---

<sup>19</sup> Fala de Darci Maschio, militante da CPT .

<sup>20</sup> Jose Alberto de Siqueira, sindicalista, vinculado ao Banco do Brasil, liderança importante na construção do PT na região de Palmeira das Missões, grande apoiador dos movimentos sociais.

*cargos, ou fora dos cargos. É o principal critério que as massas utilizam para ir construindo as suas lideranças é fundamentalmente a identidade de classes, de interesses. É a coerência- o cara está sempre do mesmo lado, sempre do lado das massas. É a falta de medo, coragem de enfrentar os inimigos. É essa presença permanente, sobretudo nos momentos mais difíceis (...)"(BACKES e ARAUJO,2010.p.54).*

O PT teve, no campo, dois momentos de forte crescimento no número de filiações. Um foi no seu início, de 1980 a 1983, em função da exigência legal de certo número de filiados e de representação em 20% dos municípios ( que na época eram 250), e nestes tinha a exigência de um percentual de filiados em relação ao número de eleitores. Neste momento foi feito um grande esforço pela legalização do partido e ele só se construiu onde já havia um forte trabalho de base. Muitos militantes em movimentos sociais, embora já tivessem uma identificação com o PT, por questões táticas e eleitorais permaneciam no MDB. (Pont, depoimento)

Outro período de crescimento do partido no campo foi de 1985 a 1989. Nas eleições de 1986, os movimentos do campo se organizaram, lançaram candidatos e conseguiram eleger representantes para as assembleias legislativas, em quase todos os estados, o que trouxe novo ânimo. Outra razão para este segundo período de crescimento é que:

*os setores reformistas que atuavam no campo, pelo PMDB, PCB ou PC do B, seja nos sindicatos, seja na Contag, sofreram uma enorme derrota com a Nova República. Se entregaram de corpo e alma. Ocuparam a maioria dos cargos que havia, vinculados ao campo, no Ministério da Agricultura, no Incra, etc e tentaram colocar o movimento sindical e as lutas a reboque da Nova República{...} Com o fracasso da Nova República esses setores se desmoralizaram {...} e a derrota política abriu um enorme espaço de crescimento para o PT . (Stédile em HARNECKER,1994.p.112).*

Os

movimentos sociais no campo foram fundamentais para o crescimento do PT, inclusive no Nordeste, onde é muito pequena a presença do MST. A grande votação de Lula, em 1989, foi no Nordeste.( HARNECKER,1994.p.113).

Portanto foram as campanhas eleitorais promovidas pelos integrantes dos movimentos sociais do campo que alavancaram o crescimento do PT no Rio Grande do Sul, neste período. Foram realizadas com poucos recursos financeiros e na maior parte das vezes feita por pessoas que estavam vivendo pela primeira vez uma campanha eleitoral. Existem histórias memoráveis da campanha de 1986, narradas tanto no trabalho de Backes e Araujo, como no trabalho de Rafael Guimaraens. Por exemplo, Adão e Severiano Telles entravam



em um bar onde, entre conversas e brincadeiras, acabavam por marcar para mais tarde um desafio de trova com alguém do lugar. A seguir andavam de carro por toda a cidade anunciando em alto-falante o desafio, que se tornava uma divertida brincadeira e um rico debate político.

Outra atividade importante naquela primeira campanha, foi a de um grupo de mulheres, liderado por Salete Campignotto, que saía pelas comunidades da região de Ronda Alta carregando uma TV e um vídeo-cassete. Faziam reuniões e exibiam, com o vídeo-cassete, depoimentos de apoio à campanha de Adão Pretto. As pessoas assistiam o vídeo, e a partir daí faziam um debate sobre a sua realidade e sobre a política do país.

Mas o acordeon foi o principal instrumento da campanha. Nos comícios as pessoas ficavam até o fim, pois já sabiam que haveria trova, com Marangón no violão, Adão na gaita, mais a participação de Edegar Pretto, Severiano Telles e outros que iam se somando. (GUIMARENS, 2011.p.64). A participação da Igreja também foi importante. Em muitos lugares, ao final da missa ou culto, o sacerdote convidava os membros da comunidade para uma reunião com os candidatos. (BACKES e ARAUJO,2010.p.86).

Adão Pretto, normalmente acompanhado por Severiano Telles, pernoitava na casa de companheiros, que também forneciam a alimentação. A forma de financiar a campanha foi uma contribuição destes movimentos sociais para a cultura eleitoral brasileira:

*(...) Cada município que estava presente se comprometeu a ajudar com certa quantia financeira. Cada localidade se virou para arrecadar este dinheiro, fazendo baile, rifa, janta e coletas de mantimentos. Foi com este dinheiro que fizemos a campanha, com a proposta de que, se eu fosse eleito, não poderia fazer nada sozinho. Tudo teria que ser conversado com esta companheirada.<sup>21</sup>*

Segundo João Pedro Stédile, as campanhas de Adão eram muito pedagógicas, tinham muito para ensinar, em especial a forma de fazer campanha. Eles não costumavam fazer comícios, estes eram mais dos coletivos, nos momentos finais da campanha. Com muitas reuniões, eram campanhas de cultura camponesa, onde se mesclavam análises, discursos, músicas, teatro, depoimentos e prestações de contas do que ele fazia no parlamento (BACKES e Araujo,2010. p.84).

---

<sup>21</sup> Boletim Adão Pretto:um agricultor na Assembléia Legislativa. Porto Alegre:Ed.AI-RS,Diretoria de Anais,1987. Em BACKES e ARAUJO,2010.pag50.

Nesta eleição de 1986 o PT elegeu quatro deputados estaduais, Adão Preto, o professor e ex-presos político Raul Pont, o militante das Comunidades Eclesiais de Base Selvino Heck e o bancário e sindicalista José Fortunatti. Para a Câmara Federal foram eleitos Olívio Dutra e Paulo Paim, com Tarso Genro como 1º suplente e Antônio Marangón como 2º suplente. Alcides Modesto elege-se deputado estadual na Bahia, no Paraná Pedro Toneli, e em SC, Luci Choinacki, todos pelo PT e ligados à movimentos rurais. Mais tarde irão compor o núcleo agrário da Câmara Federal, juntamente com Adão.

Começou um novo momento na história parlamentar brasileira e na organização dos movimentos sociais. Aqui no Rio Grande do Sul, com apenas quatro deputados entre 55, eles com certeza não conseguiriam aprovar nenhum projeto sozinhos. Mas existiam questões que também sensibilizavam os partidos que faziam a oposição à ditadura, parte do PMDB e o PDT, de modo que em algumas questões, eles conseguiam compor maioria. Assim foi para aprovar o projeto do Seguro Agrícola, apresentado por Adão. Este projeto foi aprovado na Assembléia Legislativa, entretanto depois foi vetado pelo governador Pedro Simon. Conta Raul Pont:

*Na Constituinte, nas temáticas, conseguimos bons avanços.(...) Adão era o cara que trazia aqui para dentro todos esses movimentos. A maneira, digamos, como nós nos comportávamos aqui para compensar o fato de sermos quatro deputados apenas, era trazendo aqui para dentro os movimentos sociais, os sindicatos. (BACKES e ARAUJO, 2010.p.104).*

Um dos fatos que tensionava muito a sociedade neste período, era a Constituinte, que estava em andamento. Uma constante disputa pela conquista e manutenção de direitos e/ou privilégios era feita em todos os espaços possíveis. Em 05/10/1987 foi promulgada a nova Constituição Federal, com poucos avanços e também com retrocessos. O Congresso Constituinte foi eleito para um mandato usual, não houve uma Constituinte exclusiva, com definição de regras para eleição que garantisse a real representatividade do povo brasileiro, e, afirma Raul Pont:

*Em 05 de outubro é promulgada a nova Constituição Brasileira, com todos os vícios gerados pelo Congresso Constituinte: sistema eleitoral desproporcional, bicameralismo, intocabilidade do latifúndio, manutenção de uma justiça formalista, elitista e burocratizada, etc. As ditas “conquistas sociais” em sua maioria, não passavam de intenções ou preceitos que dependiam de regulamentação futura. A bancada cumprindo decisão do Diretório Nacional, votou não à nova Constituição. (PONT,1992.p.44 e51).*

O Parlamento estadual também vivia a instalação da Assembléia Nacional Constituinte e a luta social mostrava uma ampla mobilização de pequenos produtores,

agricultores sem terra, e atingidos pela construção de barragens. Adão Preto nos finais de semana pegava o ônibus e ia para a região norte do Estado, onde algum assessor ou companheiro o esperava. Conta Davi Stival, que havia sido o coordenador de sua campanha:

*(...) Nós estávamos saindo de um processo de ditadura, havia um ascenso da luta de massas e ele se sentia muito bem sendo protagonista disso. Por isso ele nunca se queixou, nunca reclamou de ter que sacrificar seus finais de semana, fazer mais de dois mil quilômetros visitando comunidades. Ele sempre fez questão de estar junto com os trabalhadores, conversando olho no olho, ouvindo os problemas (...) mas ele passou a ser muito respeitado até pelos adversários, porque se percebia nele uma autenticidade...” (GUIMARAENS,2011.p.79).*

Adão iniciou, como deputado estadual, a participar de atividades nos mais diversos lugares. Um dia ele estava em São José do Ouro, denunciando uma trama de políticos locais que estariam pagando 450,00 cruzados a agricultores para que invadissem uma fazenda e atribuíssem a iniciativa ao PT e à Igreja. No dia seguinte ele já estava em Canoas apoiando uma manifestação de ocupantes do Conjunto Residencial Guajuviras. Assim ia este deputado camponês, acompanhando audiências, marchas, manifestações. E se manifestando no plenário da assembléia, sempre que a situação o exigisse.(GUIMARAENS,2011)

Em 11 de março de 1987, em encontro de dirigentes de sindicatos rurais de 30 municípios da região de Miraguaí, foi feito um levantamento de agricultores em situação precária, e foram contabilizadas 4.351 famílias que estariam vendendo as terras e deixando o campo, pela impossibilidade de continuar produzindo. No dia 13 de março, Adão faz um pronunciamento na assembléia, condenando os juros altos praticados nos empréstimos para pequenos produtores e sobre o êxodo rural. Alguns dias depois vai a Brasília e em audiência com o ministro da agricultura, avisa que se os bancos não suspendessem as execuções contra pequenos agricultores, eles iriam protestar diante dos bancos. (BACKES e ARAUJO,2010.p.178).

Como nada mudou, uma forte onda de protestos aconteceu em diversos lugares, e Adão passou a receber ameaças anônimas. Dia 30 de março os Sem Terra e pequenos produtores promoveram um protesto em um trevo de Sarandi, diante de uma tropa da Brigada Militar e um grupo armado de fazendeiros da UDR.

Com os ânimos exaltados, alguns dias antes a Assembléia Legislativa prestava uma homenagem à FARSUL, entidade que congrega grandes proprietários, e Adão se

retirou do plenário em protesto. No dia seguinte os jornais estampavam uma nota paga pela UDR, acusando Adão de “fascista e insuflador das massas de miseráveis e facínoras.”(GUIMARAENS,2011)

Naquele dia 30 de abril, durante a manifestação no trevo em Sarandi, repentinamente um caminhão avança sobre o grupo de manifestantes, atropela e mata três pessoas, entre elas Roseli Nunes da Silva, a Rose, que foi protagonista do filme de Tetê de Moraes, Terra para Rose. Perícias realizadas no caminhão não confirmaram a existência de problemas no freio, como o motorista havia afirmado. Em virtude deste episódio, Adão Pretto conseguiu a instalação de uma CPI para investigar a violência no campo. (GUIMARAES,2011.p.82 e BACKES e ARAUJO,2010,p. 178).

Em 1989, o PT conquista a gestão da Prefeitura de Porto Alegre, com Olívio Dutra, contra todos os prognósticos eleitorais, que apontavam que Olívio Dutra estaria como terceiro colocado nas pesquisas. Em sua gestão foi implementado o Orçamento Participativo, onde os recursos da Prefeitura e as prioridades a serem tratadas, eram discutidas, e definidas, juntamente com a população. Com o apoio de Associações e ambientalistas, esta gestão garantiu que a orla do Guaíba não fosse ocupada por prédios, que ficasse disponível para uso da população, e os salários dos servidores foram valorizados. Com diversas outras iniciativas e realizações que valorizavam as classes trabalhadoras e a cidadania, a administração da Prefeitura de Porto Alegre se tornou um marco, e influenciou positivamente para o crescimento do PT. (FERREIRA e FORTES,2008.p.125).

Outro episódio que mostra o enfrentamento realizado pelo MST e a reação do Estado, na defesa do grupo social que se entende ameaçado pelas reivindicações deste movimento social, foi o confronto acontecido a partir da Praça Matriz de Porto Alegre em agosto de 1990. O início dos confrontos foi registrado em vídeo, que hoje faz parte do acervo doado ao Museu Hipólito José da Costa pela RBS em 2007. Nele o repórter Júlio Cesar Santos conta como aconteceu a gravação do confronto, estando ele desde cedo na praça com uma equipe de mais duas pessoas, Gefferson Rodrigues e Edson Fraga, acompanharam a chegada e instalação dos colonos sem-terra na praça. Registraram a chegada de um batalhão da Brigada Militar, um batalhão de cavalaria e um batalhão de choque. A Brigada cercou a praça e um de seus integrantes tentou negociar com integrantes do MST a sua retirada. Eles se recusaram a sair e então a Brigada passou a jogar bombas de efeito moral para forçar a saída dos colonos. Os colonos resistiram e iniciou o confronto. O

vídeo mostra imagens fortes, de muita violência contra os militantes do MST, como seis policiais batendo e chutando um colono caído no chão. Os agricultores se defendem e o conflito se torna generalizado, espalhando-se pelo centro da cidade. No calor da batalha um agricultor mata um soldado, por degola.

A Prefeitura de Porto Alegre, sob a gestão do PT, deu abrigo aos colonos que fugiam do confronto, evitando assim que houvesse um número maior ainda de feridos, e que foram muitos. O deputado Adão Preto fez diversas intervenções em plenário, pedindo a libertação dos Sem Terra presos.

O confronto e a morte do soldado foram manchete em todos os jornais da cidade, e em jornais do país inteiro. O governo do estado responsabilizava os Sem-Terra pelo início do confronto, e a morte do soldado foi tratada como crime de selvageria primitiva. Como não foi identificado o responsável, a polícia prendeu quatro integrantes do Movimento, que permaneceram presos dezessete meses sem julgamento. Eles foram julgados em 24/06/1992 e inocentados por falta de provas, porém foram condenados a oito anos de prisão por “*terem contribuído para a morte do brigadiano*”. (BACKES e ARAUJO, 2010, p.184 e 188).

O tratamento dado à este caso mostra com clareza a parcialidade de um Estado e de suas instituições. O grande número de casos onde agricultores e Sem Terra são mortos, normalmente não são sequer investigados, e naqueles casos onde a vítima é figura de maior destaque, como foi o caso de Chico Mendes e do Padre Josimo, os principais responsáveis não são punidos.

Este caso também é um marco do tratamento que a mídia passa a dar ao MST, e depois a outros movimentos sociais. O MST não era mais o aliado, o parceiro na luta contra a ditadura, que havia sido o inimigo comum. A mídia, identificando os interesses da classe que representava, passou a criminalizar os movimentos sociais.

Adão Preto sempre se referenciava junto ao Coletivo, para definir as decisões e estratégia do mandato. O Coletivo também era uma forma de interligar os mandatos próximos ao MST, o estadual e o federal. Antônio Marangón estava na Câmara, tendo assumido como suplente de Olívio Dutra em 1989. Este coletivo era formado por representantes dos movimentos sociais e por representantes do PT, de algumas regiões onde ambos atuavam, em especial a região de Palmeira das Missões. Era este coletivo que definia

as ações, inclusive o salário dos deputados, pois boa parte do salário era repassado ao Partido e aos Movimentos Sociais.

Em outubro de 1990 ocorrem novas eleições e Adão Preto concorre a deputado federal e Antônio Marangón a deputado estadual. É o primeiro mandato, de cinco, que Adão irá conquistar na Câmara Federal. Lá os deputados do PT, ligados a movimentos rurais, passam a constituir o núcleo agrário do Congresso, trabalhando sempre em conjunto. Sobre seu compromisso com o movimento são interessantes as palavras de Guilherme Cassel, ministro da Reforma Agrária: *“Ele[Adão] era a correia de transmissão do movimento sim, e conscientemente. O Movimento sabia disto, ele sabia disto e era o papel que queria cumprir”* (BACKES e ARAUJO,2010.p.122).

Adão mantém uma rotina de visita constante às bases, no Alto Uruguai gaúcho, fazendo seguidamente reuniões para ouvir as comunidades e realizar a prestação de contas do Mandato. Seu apartamento funcional em Brasília era um “posto avançado” do MST e demais movimentos sociais. Aliás, nos primeiros anos, Adão dividiu este apartamento com seu companheiro Lula, que havia sido eleito deputado por São Paulo. Em seu mandato como deputado federal, este colono de Miraguaí passa a abraçar todas as lutas dos movimentos rurais no país, onde pode ajudar. Muitas vezes foi visitar ocupações ou intermediar conflitos no Pará, no Nordeste... Com certeza não buscava votos lá.

Adão Preto fez combate incessante contra o plantio de transgênicos, denunciou incansavelmente a violência que o latifúndio e o agro-negócio exercem contra os pequenos no campo, apresentou e conseguiu a aprovação de projeto que determina a desapropriação para fins de Reforma Agrária, as terras onde forem cultivadas plantas psicotrópicas. Esteve presente em diversos momentos de enfrentamento realizados pelo MST. Com este trabalho intenso em defesa dos trabalhadores rurais, projetou o Partido dos Trabalhadores como o Partido que lutava pelos trabalhadores do campo.

Adão Preto, o deputado de chapéu de palha, teve uma atuação firme e incisiva como parlamentar. Mantendo-se sempre como militante dos movimentos sociais, não se deixava intimidar pela sua baixa escolaridade, nem nos debates internos do partido, nem no microfone da Assembléia e, mais tarde, da Câmara Federal. Tinha muita clareza da sua opção, de que seu mandato era um mandato coletivo, e de quais interesses ele era o representante. Com seu lema ‘Um pé na luta, outro no Parlamento’, usou seu mandato para

dar visibilidade ao movimento, pressionar o Estado e auxiliar na organização do movimento. Ao mesmo tempo ajudou a construir e fortalecer o Partido dos Trabalhadores. Atuou mais como membro de um movimento social do que como legislador, mas foi um legislador consistente, que trazia para o parlamento questões importantes e ligadas ao movimento social que representava.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PT surgiu no momento de redemocratização do país, e em seus primeiros momentos ainda fez parte do que foi resistência e luta contra a ditadura. Surgiu da iniciativa de alguns dos maiores sindicatos do país, que praticavam um sindicalismo combativo e estavam organizados através da Intersindical, e aglutinou setores da esquerda que haviam sobrevivido à ditadura ou estavam à sombra do MDB, e dos Movimentos Sociais que haviam surgido a partir das CEBs e Pastorais das Igrejas Católica e Luterana. Recebeu também a adesão de importantes intelectuais e personalidades ligadas à esquerda. Enfrentou em sua construção uma legislação feita para impedir a existência de partidos constituídos a partir de bases sociais de trabalhadores, e a resistência da lideranças do MDB, PCB e PC do B, bem como do líder Leonel Brizola, que queriam reservar para si a representação dos trabalhadores. Surgiu como um partido democrático e de massas, refletindo em sua trajetória a riqueza e diversidade dos elementos que o constituíram.

O MST surgiu a partir de conflitos de terra no centro-sul do Brasil, e em solo gaúcho surgiu na região norte do estado, através da atuação da Comissão Pastoral da Terra. As CPTs, formadas inicialmente por setores da Igreja Católica que abraçaram a Teologia da Libertação e depois ampliadas graças ao seu caráter ecumênico, incentivaram os seus membros a organizarem as oposições sindicais no meio rural. Os agricultores, membros das CPTs, tinham o objetivo de que os sindicatos deixassem de ter uma atuação exclusivamente clientelista, de repassador de benefícios do Estado, e passassem a atuar na organização dos trabalhadores na busca da solução dos problemas enfrentados pelas suas comunidades.

Atuando como um movimento social de massas, principalmente através da ocupação de áreas de terras consideradas improdutivas, e amparados no Estatuto da Terra,

de 1964, que garantia a desapropriação destas terras (consideradas improdutivas), colocaram em cheque a ditadura militar e garantiram o assentamento de inúmeras famílias. Cito em especial o episódio de Encruzilhada Natalino, considerado o marco fundador do MST.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surgiu na mesma conjuntura histórica que o Partido dos Trabalhadores, e em seus processos político existem muitos pontos em comum. Vários autores afirmam que ambos tem o mesmo berço.

Em meu entendimento, eles não tem exatamente o mesmo berço. A começar pela sua base, que, em um são os camponeses e, no outro, os trabalhadores urbanos. Das vertentes que os formaram, eles tem uma em comum que é a Igreja, ou melhor, as Igrejas. Entretanto muitos de seus atores são comuns. Creio que no momento em que surge o MST, todos os seus atores tem alguma forma de vinculação com o PT, que era o partido novo, trazendo a proposta de luta de classes e o protagonismo dos trabalhadores. Toda a literatura pesquisada assim o indica, e apesar de não haver nenhum trabalho com esta preocupação, afinal a grande diversidade de trabalhos que existe sobre o MST preocupa-se antes em reafirmar a sua autonomia (autonomia aliás, patente em toda a literatura que há sobre o assunto), esta literatura em geral vincula o MST ao PT e à CUT. Apenas o trabalho de Bruno Comparatto menciona a participação do PC do B nas fileiras do MST.

Entretanto não posso afirmar que o PT era o único partido a ter vínculo com o MST, minha pesquisa restou prejudicada. A bibliografia consultada não é conclusiva com relação a esta questão, e não obtive uma pesquisa com fontes que participaram da fundação do MST e que possam afiançar este fato.

Entretanto, se por um lado, as duas organizações tinham apenas uma vertente em comum, por outro lado as suas propostas, os seus objetivos coincidiam. O PT buscava uma transformação social, uma sociedade sem explorados e sabia que alcançar este objetivo passava por uma ampla reforma agrária. O MST buscava principalmente uma reforma agrária e boas condições de vida para os agricultores, mas eles tinham a consciência de que isto não aconteceria e muito menos se sustentaria, sem uma transformação geral da sociedade. A compreensão de que vivemos em uma sociedade de classes, e que as mudanças só se darão mediante a luta de classes permeava as duas organizações.



O ator deste processo, que escolhi para demonstrar um pouco do que foi a caminhada destas duas organizações em seus primeiros anos, Adão Preto, vai mostrando em sua trajetória a origem humilde, o desenvolvimento gradual de uma consciência e uma enorme capacidade de aprendizado, de articulação e de luta. Mostra uma consciência de que é possível uma mudança social e de que esta mudança só se dará mediante a luta e a organização dos trabalhadores. Mostra a enorme disponibilidade de se colocar a serviço de uma comunidade e depois, de toda uma classe. Demonstra também a sua coerência e a sua coragem, ao enfrentar poderosos e também as suas próprias dificuldades. Qualidades que foram fundamentais na construção de um movimento social que se propõe a buscar espaço em uma sociedade conservadora e desigual, e também na construção de um partido político que se propôs a transformar esta mesma sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, Ana Luiza; ARAUJO, Jose Cordeiro de, Adão Preto in Perfis Parlamentares, Edições Câmara, Brasília, 2010

CALDART, Roseli Salete O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001 disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016)  
Acessado em 30/03/201

CAVALCANTI, Jose Luis. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Historica, Revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 01/2005. Disponível em:  
<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>  
acessado em 02/06/2013.

COMPARATTO, Bruno Konder, A Ação política do MST – USP. São Paulo Perspec. vol.15 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2001 disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400012)  
Acessado em: 04/05/2012

ECKERT, Córdula, Movimento dos Agricultores sem terra no Rio Grande do Sul, 1960-1964 Dissertação (Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Agrícola) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Itaguaí. 1984

FERNANDES, Bernardo Mançano, 2001, "Brasil: 500 anos de luta pela terra", Revista de Cultura Vozes, março in: ([www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html](http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html) )

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro, formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MSR-1979-1999. São Paulo: Hucitec,1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Formação do MST no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000 parcialmente disponível em  
<http://profcmazucheli.blogspot.com.br/2009/10/gestcao-e-nascimento-do-mst-1979-1985.html>. acesso em 01/06/2013

FERNANDES, Bernardo Mançano O Agronegócio e a Reforma Agrária, artigo de 2004 disponível em <http://www.mst.org.br/node/1640> acessado em 04/05/2012

FERREIRA, Marieta de Moraes ; FERREIRA, Alexandre Fortes (org) Muitos caminhos, uma estrela, memórias de militantes do PT - São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2008

GUIMARAENS, Rafael. Adão Preto, A história da luta camponesa na vida de um poeta cantador. Porto Alegre, Associação Cultural José Martí-ACJM, 2011

HARNECKER, Marta. O Sonho era possível. São Paulo, MEPLA/Casa America Livre, 1994

MENEGELLO, Rachel PT : a formação de um partido, 1970-1982- Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, MST, Lutas e Conquistas artigo produzido pela Secretaria Nacional do MST, disponível no site <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf> acesso em 09/07/2013

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo, Contexto- Editora da Universidade. de São Paulo, 1994

PONT, Raul, Breve História do PT, Câmara dos Deputados, Centro de documentação e Informação. Coordenação de Publicações, Brasília, 1992.

STEDILE, João Pedro e Frei Sérgio. A Luta pela Terra no Brasil. São Paulo: Scritta, 1993. (1) Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes, disponível em <http://www.culturavozes.com.br/revistas/029> acesso em 02/04/2012

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente- A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo. Editora Fund. Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro. O MST e a questão agrária, entrevista publicada na revista Estudos Avançados, vol.11 nº 31 São Paulo 1997 disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141997000300005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300005) acessado em 01/04/2012

SOARES, Vânia Fonseca Soares, A abertura política e os Movimentos Sociais em Porto Alegre (1979-85), trabalho de conclusão do PPG em história da UFRGS, Porto Alegre 2002

VILARINO, Ramon Casas. História, Música e Memória. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 13/14, n. 01, p. 90-113, 2005. Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_ramon.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_ramon.pdf)

MORAES, Tetê, -Terra para Rose – filme premiado nos festivais de Havana, Berlim e Brasília.

## ENTREVISTA COM RAUL PONT

Entrevista realizada pela autora deste trabalho em 09/05/2014, nas dependências da Assembléia Legislativa do RGS.

Raul: A origem do PT aqui num primeiro momento, o chamado movimento pró PT ela não tem assim como em outros lugares, uma presença forte de movimentos rurais. não teve a presença do Movimento dos Sem Terra, não havia. Já existia luta, já existia movimento, mas não existia um negócio organizado, nem com bandeiras próprias, enfim o MST foi fundado em 1984. Mas, na época, a origem do PT aqui, num primeiro momento, ela, o chamado movimento pró-PT, tinha uma corrente que vinha aí dos sindicatos, aí com o Olívio, o Ilgenfritz, a Gessi, aí de Caxias, alguns sindicalistas de Caxias, o pessoal do Paulinho Abdala, daqui de Porto Alegre, o sindicatos dos jornalistas, tinha gente do vestuário. O sindicato que mais assume, a categoria que mais assume, por causa do Olívio no Sindicato dos Bancários, foram os Bancários, que era o núcleo mais forte, sindical, que ajudava financeiramente a sustentar o partido inclusive. Esta é uma das vertentes. A outra vertente é um conjunto de pessoas que vinham um pouco da resistência ao Regime Militar, que participaram de algumas correntes, tendências da época, ou organizações, pessoal que vinha do MEP, movimento de emancipação do proletariado, que vinha da APLM, da Ação Popular Marxistas Leninistas, ou que tinham sido e não eram mais, outros ainda tentavam manter alguma coisa minimamente organizada, nós tínhamos aqui, que vinha também deste campo, desta linha de grupos organizados, que haviam sobrevivido, resistido à ditadura, que era chamada a Tendência Socialista do MBB. Era um grupo que atuava no setor jovem do MDB e que atuava na Universidade, uma corrente universitária que chamava Nova Proposta, e depois Peleia( primeiro Nova Proposta, depois Peleia) e que atuava também aqui no MDB, atuava em outras frentes, mas numa visão muito tática, muito momentânea na relação com o MDB,

Marisa: Era a opção que tinha...

Raul: Era o espaço legal que tinha, um anteparo prá gente poder ocupar, uma espécie de guarda-chuva protetor, digamos assim, até para justificar reuniões, conferências, debates. Porque a ditadura não tinha acabado ainda. A partir de 76, 78, as campanhas eleitorais de 76 aqui para a prefeitura, permitiram já eleger para a Câmara o Marcos Klassmann, que foi apoiado por grupos que tinham uma ação clandestina aqui, e que

atuavam dentro do MDB, a corrente popular do MDB, a corrente essa a Tendência Socialista do MDB, eram grupos que vinham se reorganizando

Marisa: Existe um livro do PT, acho que “as estrelas do PT “, onde o senhor participa e tem alguma coisa sobre isto.

Raul: Com o Olívio e comigo, é. “Muitos Caminhos, uma Estrela”. Nesse livro, a minha entrevista ali fala muito nisso, conta um pouco essa história, e bem, havia também outro grupo também, que vinha, não organizado, mas eu estou dizendo do ponto de vista do trabalho político, da inserção social, de movimentos de bairro, movimentos populares, movimentos de mulheres, esses movimentos tinham pessoas que ali atuavam e que, quando surgiu o movimento pró-PT, que começou a ser conversado, discutido, em 78, nós formalizamos aqui um grupo, eleito já por uma grande plenária feita ali na Igreja da Pompéia, nós organizamos já uma espécie de direção provisória...

Marisa: Em 1978?

Raul: 1979. Mas desde 78 que esse movimento já vinha acontecendo. O jornal Em Tempo, que nasceu em 78, no finzinho de 77 mais precisamente, mas no ano de 78, o jornal Em Tempo, do qual a gente participava e participavam as pessoas dessa Tendência Socialista do MDB, nós assumimos editorialmente, aqui e em todo o país, o apoio, a idéia do PT. A idéia de um Partido de Trabalhadores, não tinha nem nome ainda, e este movimento pró-PT. em 79 quando começa a acelerar o processo de organização partidária, nós aqui fizemos uma grande plenária com todos os que vinham participando, que defendiam a idéia, e organizamos a primeira comissão provisória, a primeira direção provisória do partido, que conduziu a participação do Rio Grande do Sul na fundação nacional do PT, em 10 de fevereiro de 80. Até ali, esse movimento, no caso do Rio Grande do Sul, em outros estados foi diferente, o predomínio na formação do PT era do pessoal que vinha de atividades urbanas.

Marisa: O campo não estava muito organizado ainda...

Raul: Era muito... a repressão era muito grande, os pequenos municípios eram muito difíceis de serem acessados, nós nos organizamos para poder registrar o partido, na época eram 250 municípios no RGS, a lei exigia 20 por cento, então nós tínhamos que ter na hora da formação, da direção aqui e do cômputo nacional, nós precisávamos ter no

mínimo 50 municípios organizados aqui no RGS, com comissões provisórias. Não era que já tivessem vida, militância, mas tinha que ter contatos, comissões provisórias ou diretórios organizados em 50 municípios. E é claro que era mais fácil ter estes contatos em municípios onde já tinham sindicatos, onde já tinha universidade, do que em pequenos municípios onde no dia seguinte todo mundo sabe que o fulano é do PT. E a repressão, e a perda de emprego e a perseguição que existia era muito grande então nós fomos para o Encontro Nacional com o número mínimo, com 50, cinquenta e poucos municípios organizados.

E nessa época, via Tendência Socialista do MDB, nós tínhamos aqui em Farroupilha um trabalho junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o companheiro Roque Barbieri, que era pequeno agricultor, ele faleceu já, há bastante tempo, ainda jovem, mas as irmãs, o irmão, vivem ali ainda, no mesmo local, bem no centrinho de Nova Milano, que era um dos primeiros membros, dos primeiros meses, era praticamente a primeira pessoa ligada à pequena produção rural, tinha vínculo, até era oposição à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais lá de Farroupilha. E ele veio via MDB, via Tendência Socialista, do MDB. A partir da fundação aí começou a crescer, o número de ações nessa área...

Marisa: É, mas não começou pequenininho, começou já com 50 municípios...Era difícil, um partido recém formado...

Raul: Aí em 1982, quando a gente entrou na eleição, apesar do voto vinculado, obrigatório, que foi criado pela ditadura para aquela eleição de 82, nós saímos da campanha com 100 municípios organizados, montadas as comissões provisórias, diretórios já com direção formalmente..., nós em dois anos dobramos praticamente o número de municípios com presença do Partido. Depois dessa época que começou a entrar no PT o pessoal mais lá daquela região de Palmeira das Missões, daquela região de Frederico, da região lá de Santo Cristo também, de Santa Rosa. Começou a abrir um espaço, começou a ter uma presença de companheiros dirigentes rurais e, mais tarde é que começa a ter um vínculo maior com o MST. Mas na origem, no início, a presença de agricultores é muito pequena. Alguns pequenos agricultores, e a maior parte eram sindicalistas, resistentes durante a ditadura militar, estudantes, várias categorias, comerciários, professores, o número era grande de professores. Mas só a partir mesmo de dois, três anos depois da fundação, é que o partido começa a ter uma presença crescente (de trabalhadores rurais), em 86 quando a gente elege a primeira bancada do partido aí já tem o Adão Preto. Eu vinha do movimento dos

professores, do movimento, do sindicato, na condição já de ter sido candidato ao Senado em 82, de ter sido candidato a prefeito, em 85, já tinha construído referência pública durante as campanhas majoritárias de 82 e 85. Nela o partido foi fragorosamente derrotado. Mas se a gente vai comparar a derrota com a construção do partido, que tinha saído do zero, e que com três, quatro anos já estava com cem municípios organizados e com já milhares de pessoas filiadas, isto reflete, mostra muito bem, que o partido tinha rumo, tinha futuro, que tinha que apostar numa reforma eleitoral. Tinha que burlar a legislação, mas que havia um espaço para o crescimento, havia um espaço favorável. Um pouco é isto.

Marisa: Outra questão que eu acho interessante abordar é que naquele momento de final de ditadura a bandeira abaixo a ditadura, ela aglutinava muitos segmentos da sociedade que tinham diferenças entre si. Mas que tinham um objetivo comum. No momento em que o pessoal do campo ingressou no PT, que o PT incorporou esta bandeira, não mudou um pouco o caráter, não mudou a disputa, não descontentou alguns apoiadores?

Raul: A palavra de ordem, a bandeira central, a consigna que norteava a campanhas de 1982, que foi a primeira que vivemos, rezava por isto. Era Terra, Trabalho e Liberdade. Ou seja, era terra para produzir, era trabalho...

Marisa: A reforma Agrária era bandeira do PT desde o seu começo?

Raul: Desde o primeiro momento, que a questão da terra..., e a campanha de 82 já a expressão das lutas mais variadas envolvendo a questão da propriedade, que aqui no Rio Grande do Sul era uma coisa, lá no norte, na Amazônia é outra. Lá a abundância de terras era quase, digamos, infinita pelo tamanho que nós tínhamos, nesse primeiro período há um predomínio de (problema na gravação), mas em 82 a bandeira “Terra, Trabalho e Liberdade”, era terra para os camponeses plantar, era trabalho nas cidades, como redenção humana, como direito que tinha que tinha de ser garantido à todos, como a possibilidade que tinha de ser garantido à sociedade e a Liberdade no sentido da crítica à ditadura então isto marcou. Vendo de longe, e mesmo na época, nós tínhamos uma avaliação um pouco crítica, e quanto mais foi distanciando mais nós víamos criticamente, que naquele momento era uma bandeira muito dura, difícil de materializar, que era um pouco propagandista, que desarmava um pouco os movimentos pro dia a dia, não dava conta do problema central que era como unificar a luta contra a ditadura. Que a bandeira ‘Terra Trabalho e Liberdade’ são reivindicações setoriais, que podem estar se juntando num único movimento, mas

mesmo assim um movimento diminuto, um movimento que não vai ter a mesma força, a mesma dimensão, a mesma coesão do Oiapoque ao Chuí. Assim as manifestações, começam a aparecer, os discursos, declarações, a responsabilização da propriedade rural como responsável pelo atraso brasileiro, pelo subdesenvolvimento, a necessidade de sacudir o campo brasileiro, a necessidade de uma reforma agrária, de reforma tributária, estas coisas estavam em ebulição e elas é que foram responsáveis pelo golpe. O golpe não veio só para derrubar o Getúlio, ele veio para resolver uma crise profunda em que o Brasil estava entrando. Eu diria que as resposta aí são estas, De um lado, num primeiro momento o predomínio das atividades do setor urbano e em seguida uma tentativa de expansão, de crescimento, principalmente através da Igreja Católica, um trabalho formiguinha, mas que foi importantíssimo.

Marisa: Como é que a mídia, como é que a sociedade recebeu a fundação do PT no Rio Grande do Sul?

Raul: A mídia estava subordinada ao Regime Militar, e eu diria que, neste momento, a maior manchete que conseguimos, foi a notícia que chegamos atrasados para a inscrição no TRE, e que provocou uma celeuma.